

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM
ESTUDO DE CASO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Heleno Klock de Almeida

**Santa Maria, RS, Brasil
2009**

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO

por

Heleno Klock de Almeida

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: SELIA GRÄBNER

Santa Maria, RS, Brasil

2009

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Graduação em Ciências Contábeis

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Trabalho de Conclusão de Curso

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM
ESTUDO DE CASO**

Elaborado por
Heleno Klock de Almeida

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis (ou a disciplina)

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profª Selia Gräbner, UFSM
(Presidente/Orientadora)

Santa Maria, 30 de junho de 2009.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me escolher e me sustentar neste mundo, pois devido à sua obra, hoje é possível desfrutar da alegria desta conquista e fortalecer o reconhecimento para com seu infinito amor ao homem.

À esposa por todo amor e compreensão demonstrados durante o tempo transcorrido deste curso, através do carinho, paciência e da compreensão em todos os momentos, entendendo o quanto se fazia importante para mim a conclusão desta etapa.

Ao meu filho que ainda não é capaz de entender a palavra escrita nem falada devido à limitação da sua idade, mas quando de cima dos meus braços, fixa seu olhar no meu, a minha alma se engrandece frente aos obstáculos.

Aos meus pais, que através da luz do Espírito Santo, me colocaram neste mundo, dando todas as instruções possíveis para que um dia eu saísse do primeiro lar e fosse enfrentar a vida com as próprias forças. No início, quando a saudade apertava, quase não era possível entender porque a separação era necessária, mas quando o sol começou a clarear os horizontes e o futuro a se materializar, foi possível entender tamanho bem querer que a minha mãe tinha de mim ao me encorajar a deixar aquela Querência.

À Universidade Federal de Santa Maria, que devido à sua grandeza perante à Sociedade Brasileira, possibilita como instituição pública de ensino qualificada, a formação de profissionais preparados a dar continuidade ao desenvolvimento do país.

A todo o corpo docente e discente do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM que através do aprendizado proporcionado bem como da sua disposição à troca de informações, possibilitaram-nos o engrandecimento profissional e pessoal, em especial à Professora Selia Gräbner, Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis e orientadora deste trabalho.

À empresa, que me recebeu com toda a atenção, depositando-me total confiança através do fornecimento de todas as ferramentas necessárias e possíveis para o êxito do cumprimento do trabalho.

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Ciências Contábeis
Universidade Federal de Santa Maria

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO

AUTOR: HELENO KLOCK DE ALMEIDA

ORIENTADORA: SELIA GRÄBNER

Santa Maria, 30 de junho de 2009.

Este trabalho foi desenvolvido através da realização de estudo de caso da Confortopé Calçados Ltda, nome fictício atribuído a uma empresa de Santa Maria, atuante no comércio de calçados, o qual objetivou a Análise de Balanços da referida empresa, visando identificar o seu desempenho econômico-financeiro e o respectivo motivo. Para isto, serviram de objeto ao estudo, os Demonstrativos Contábeis da empresa, referentes ao período de 2005 a 2008. Verificou-se que é importante utilizar uma proporção favorável de financiamentos de curto e longo prazos para investir na expansão das atividades, fato que possibilita tempo para geração de recursos. Também foi possível concluir que a satisfação do cliente é de fundamental importância para o êxito do empreendimento.

Palavras-chave: Análise de Balanços; desempenho; financiamento.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Estrutura do Balanço Patrimonial	18
QUADRO 2 - Estrutura do Demonstrativo do Resultado do Exercício	20
QUADRO 3 - Estrutura da Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa	23
QUADRO 4 - Estrutura da Demonstração do Valor Adicionado.....	24
QUADRO 5 - IGPM/FGV	51
QUADRO 6 - Análises Vertical e Horizontal dos Balanços Patrimoniais	57
QUADRO 7 - Gráfico da expansão das atividades operacionais	58
QUADRO 8 - Gráfico dos Financiamentos	58
QUADRO 9 - Índices de Prazos Médios e Rotatividade.....	59
QUADRO 10 - Gráfico dos Prazos Médios.....	59
QUADRO 11 - Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa.....	60
QUADRO 12 - Análise Gráfica dos Capitais Circulantes Líquidos	62
QUADRO 13 - Índices de Liquidez e Grau de Endividamento	63
QUADRO 14 - Gráfico da Liquidez Financeira	63
QUADRO 15 - Análises Vertical e Horizontal dos Demonstrativos de Resultados....	64
QUADRO 16 - Gráfico Receita Bruta X Resultado.....	64
QUADRO 17 - Índices da Situação Econômica.....	65
QUADRO 18 - Influência de receitas extras no Resultado	66

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - Balanço Patrimonial exercício de 2005 corrigido.....	75
APÊNDICE B - Balanço Patrimonial exercício de 2006 corrigido.....	75
APÊNDICE C - Balanço Patrimonial exercício de 2007 corrigido	76
APÊNDICE D - Balanço Patrimonial exercício de 2008 corrigido	76
APÊNDICE E - Demonstrativo do Resultado de 2005 corrigido.....	77
APÊNDICE F - Demonstrativo de Resultado do exercício de 2006 corrigido	77
APÊNDICE G - Demonstrativo de Resultado do exercício de 2007 corrigido	78
APÊNDICE H - Demonstrativo de Resultado do exercício de 2008 corrigido	78

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Balanço Patrimonial Original do exercício de 2005.....	80
ANEXO B - Balanço Patrimonial Original do exercício de 2006.....	81
ANEXO C - Balanço Patrimonial Original do exercício de 2007.....	82
ANEXO D - Balanço Patrimonial Original do exercício de 2008.....	83
ANEXO E - Demonstração do Resultado Original do exercício de 2005	84
ANEXO F - Demonstração do Resultado Original do exercício de 2006.....	84
ANEXO G - Demonstração do Resultado Original do exercício de 2007	85
ANEXO H - Demonstração do Resultado Original do exercício de 2008	85

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 Mudanças ocorridas no Balanço Patrimonial	14
2.1.1 Grupo do Ativo	14
2.1.2 Grupo do Passivo	15
2.2 Demonstrações contábeis para a Análise de Balanços	15
2.2.1 Balanço Patrimonial	16
2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	18
2.2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).....	20
2.2.3.1 Informações quanto à capacidade financeira da empresa	22
2.2.3.2 Discriminação em grupos da Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa	23
2.2.4 Demonstração do Valor Adicionado	24
2.3 Análise de Balanços	25
2.3.1 Histórico	25
2.3.2 Conceito	25
2.3.3 Objetivo da Análise de Balanços	27
2.4 Indicadores	28
2.4.1 Análise Horizontal	28
2.4.2 Análise Vertical.....	29
2.4.3 Análise através de índices.....	30
2.4.3.1 Análise da situação financeira.....	31
2.4.3.1.1 Liquidez corrente	31

2.4.3.1.2	Liquidez geral	32
2.4.3.1.3	Liquidez imediata.....	32
2.4.3.1.4	Liquidez seca	33
2.4.3.1.5	Endividamento.....	34
2.4.3.1.6	Garantia do capital de terceiros.....	36
2.4.3.1.7	Composição do endividamento	36
2.4.3.1.8	Endividamento de longo prazo	37
2.4.3.1.9	Endividamento de curto prazo.....	37
2.4.3.1.10	Grau de imobilização do patrimônio líquido.....	37
2.4.3.1.11	Grau de imobilização de recursos não correntes	38
2.4.3.1.12	Grau de imobilização do investimento total	38
2.4.3.1.13	Grau de financiamento do imobilizado	39
2.4.3.1.14	Grau de capitalização.....	39
2.4.3.2	Análise da situação econômica	39
2.4.3.2.1	Giro do ativo	40
2.4.3.2.2	Retorno sobre o investimento.....	40
2.4.3.2.3	Retorno sobre o patrimônio líquido.....	41
2.4.3.2.4	Retorno sobre as operações	42
2.4.3.2.5	Custo da dívida	42
2.4.3.2.6	Alavancagem financeira	42
2.4.3.2.7	Margem bruta	43
2.4.3.2.8	Margem operacional.....	43
2.4.3.2.9	Margem líquida.....	44
2.4.3.3	Índices de rotatividade e prazos médios	44
2.4.3.3.1	Prazo médio e rotação de estoques.....	45
2.4.3.3.2	Prazo médio e rotação de duplicatas a receber	45
2.4.3.3.3	Prazo médio de pagamento e rotação de fornecedores.....	46
2.4.3.3.4	Ciclo Operacional	46
2.4.3.3.5	Ciclo Financeiro.....	47
2.4.3.3.6	Liquidez dinâmica.....	47
2.4.4	Análise do Capital de Giro.....	48
2.5	Correção da Inflação	49

3 METODOLOGIA	52
3.1 Quanto à base lógica de investigação.....	53
3.2 Quanto à abordagem do problema	53
3.3 Quanto ao objetivo geral	53
3.4 Quanto ao propósito	54
3.5 Quanto ao procedimento técnico da pesquisa	54
4 DESENVOLVIMENTO	55
4.1 Procedimentos aplicados	55
4.2 Relatório da análise.....	57
5 CONCLUSÃO	70
REFERENCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade adquire importância crescente paralelamente ao grau de interesse apresentado pelos representantes das entidades na busca intempestiva por informações que reflitam a real situação econômico-financeira da sua empresa, de maneira que estas sirvam como base para a tomada de decisões fundamentais para a continuidade e prosperidade do negócio.

A Análise de Balanços destaca-se como principal ferramenta a possibilitar o conhecimento econômico-financeiro da entidade pela sua gerência e também pelas demais pessoas interessadas no empreendimento, tais como, investidores e banqueiros.

A qualidade da informação extraída através análise de Balanços, é essencial para evitar impressões distorcidas pelos seus interessados, o que pode levar a empresa a situações indesejáveis. Base para completar a informação, é a correta codificação dos dados fornecidos pelo maior número possível de Demonstrações Contábeis que se fizerem disponíveis, devendo estas, estarem adequadas aos princípios e normas fundamentais da contabilidade.

Com a ocorrência das alterações causadas pela Lei nº. 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e a Medida Provisória nº. 449 de 03 de dezembro de 2008, as quais passaram a vigorar para fins de adequação da contabilidade brasileira a Normas Internacionais, se fez necessária a confecção da Demonstração do Fluxo de Caixa. Foi desenvolvida, neste trabalho, a Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa, método indireto da DFC, ela visa a melhor avaliação do desempenho financeiro da empresa, através do levantamento de informações referentes à sua dependência de fontes externas de financiamento.

A retificação das distorções causadas pelo acúmulo da inflação sobre as Demonstrações Contábeis, também se faz importante, de maneira que as informações resultem de dados que reflitam os valores atuais e, conseqüentemente, dar maior validade ao estudo da situação econômico-financeira em que a empresa se encontra. Cabe salientar que a correção monetária não é legalmente obrigatória, mas, gerencialmente, tem extrema importância, uma vez que atualizando os valores

dos demonstrativos, estes expressarão equivalência entre si quanto ao poder de compra da moeda.

Neste contexto, foi desenvolvido o presente estudo de caso baseado nas Demonstrações Financeiras, referentes ao período de 2005 a 2008 da Empresa cujo nome fictício é Confortopé Calçados LTDA. Trata-se de uma empresa de grande porte que atua no ramo de comércio de calçados, consolidada em Santa Maria, com mais sedes distribuídas no estado do Rio Grande do Sul.

O problema estabelecido pelo presente estudo é determinar o desempenho econômico-financeiro da referida empresa e o objetivo é identificar o motivo do seu desempenho, o que será possível através da Análise de Balanços que terá como base os seus Demonstrativos Contábeis e indicadores.

Para atingir o objetivo proposto, o desempenho econômico-financeiro da empresa será identificado através da determinação dos Indicadores da Análise de Balanços abaixo descritos:

- Análise Horizontal;
- Análise Vertical;
- Análise através de Índices;
- Análise do Capital de Giro;
- Análise da Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa.

As respectivas informações provenientes serão condensadas para posterior análise geral.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Por muito tempo a evolução da Contabilidade no Brasil limitou-se pela influência de critérios fiscais adotados por autoridades fiscais brasileiras, que em detrimento do fisco, suas ações entravam em desacordo com os princípios fundamentais da contabilidade.

Segundo Ludícibus; Martins e Gelbcke (2003), apesar das resistências, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sempre envidou esforços no sentido de modernizar as práticas de informação contábil para adequá-las às normas internacionais e integrar o Brasil no cenário mundial. Esta dedicação da CVM poderia resultar em melhores condições de operação e negociação com o exterior, atraindo maiores investimentos, o que é extremamente importante para o desenvolvimento econômico do país.

Um dos resultados positivos que se pode descrever, quanto aos esforços para a adequação da contabilidade às Normas Internacionais, foi o efeito que a Lei nº 11.638/07 e a MP nº 449/08 promoveram na Lei nº 6.404/76, em conjunto. A Lei e a MP citadas resultaram em alterações no teor de algumas demonstrações contábeis, descritas nos próximos parágrafos. Tais demonstrações contábeis são de apresentação obrigatória por parte das companhias de capital aberto e fechado. As alterações ocorridas referem-se a itens em particular, e também substituição de demonstração contábil a ser apresentada o que atende às exigências internacionais, que visam facilitar o entendimento dos demonstrativos por parte de não contadores.

Uma das alterações provocada pela Lei nº 11.638/07, é a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa, tornando esta, de apresentação obrigatória para as companhias abertas e grandes sociedades. A companhia fechada que apresentar o Patrimônio Líquido na data do Balanço inferior a dois milhões de reais não será obrigada à elaboração e publicação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

Outra alteração da Lei nº 11.638/07 foi a introdução para todas as companhias abertas a obrigação quanto a elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado, de acordo com a sua importância, esta

demonstração deveria ser sempre efetuada por todos os interessados o que daria maior transparência.

Nas sociedades de grande porte (Ativo superior a 240 milhões de reais ou receita bruta superior a 300 milhões de reais), há a obrigatoriedade de manter a escrituração e elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com a Lei nº 6.404/76 e sofrerão auditoria independente.

2.1 Mudanças ocorridas no Balanço Patrimonial

De acordo com a Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08, os Ativos e Passivos passam a ser avaliados pelo valor de mercado e não mais “o menor custo”, atualizados a valor presente. Também ocorrem, no Balanço Patrimonial, as modificações abaixo descritas.

2.1.1 Grupo do Ativo

No grupo do Ativo foram inclusas algumas modificações pela MP nº 449/08 no que se refere à sua simplificação mediante a nova classificação apresentada e também algumas alterações nos Investimentos.

As contas do Ativo Operacional passam a serem representadas pelo nome de Ativo Circulante.

O Ativo Realizável a Longo Prazo e o Ativo Permanente deram lugar ao Ativo não-circulante que agrupa o ARLP, Investimentos, Imobilizado e o novo grupo do Intangível, o qual concentra os direitos que tenham como objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade inclusive o fundo de comércio adquirido. Os bens incorpóreos faziam parte do Imobilizado antes da ocorrência das modificações.

Os investimentos em coligadas só serão avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial, caso a influência na administração seja significativa, ou seja, 20% do capital votante.

2.1.2 Grupo do Passivo

Com a entrada em vigor da MP nº 449/08, se extinguiu Resultados de Exercícios Futuros e o Patrimônio Líquido passou a integrar as seguintes contas: Capital Social, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Capital, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados.

A conta de Lucro Acumulado deixou de existir para S/A, porém, continua em vigor para Sociedade LTDA. No caso das S/A, se a empresa tiver lucro no período e não for distribuído entre os sócios, este fará parte da conta de Reserva de Lucros.

Na conta de Prejuízos Acumulados serão mensurados apenas os prejuízos do exercício.

Extingue-se a conta Reserva de Reavaliação, porém, devem ser mantidas até a realização de seus resultados ou estornadas até 31 de dezembro de 2008.

Os incentivos de doações e subvenções do governo transitam pelo resultado da empresa e posteriormente são registrados na Reserva de Incentivos Fiscais.

As reservas de lucros não poderão ultrapassar o limite do Capital Social, se isto ocorrer, o valor em excesso deverá ser integralizado na forma de Capital Social ou distribuído na forma de dividendos.

2.2 Demonstrações contábeis para a Análise de Balanços

Para se proceder a análise contábil, são verificadas todas as Demonstrações a seguir, mas deve ser dado maior ênfase ao Balanço Patrimonial e à Demonstração do Resultado do Exercício pois evidenciam de forma objetiva a situação financeira e a situação econômica.

A seguir, serão apresentados alguns conceitos e características referentes às demonstrações contábeis que integram a Análise de Balanços através das suas informações disponibilizadas.

2.2.1 Balanço Patrimonial

A observação e análise dos registros contábeis por si só, para verificação da situação dos bens e direitos bem como das obrigações e patrimônio líquido de uma empresa, tanto de grande, médio ou pequeno porte, é uma tarefa complicada, neste contexto, o Balanço Patrimonial vem a facilitar este trabalho, apresentando de forma resumida e adequada a situação patrimonial e as variações do empreendimento ocorridas em certo período de tempo.

O Balanço Patrimonial mostra os fatos objetivamente mensuráveis em dinheiro. É a Demonstração que apresenta os bens e direitos da empresa (Ativo), bem como as obrigações (Passivo Exigível), em determinada data. Para Ludícibus (2000, p. 26): “O Balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática”.

O referido Demonstrativo expõe as fontes de onde vieram os recursos utilizados nas operações da empresa e os bens e direitos que representam os recursos investidos. O Ativo retrata o que existe concretamente na empresa exceto as despesas antecipadas e as diferidas. O Passivo Exigível mostra a origem dos recursos investidos no Ativo e o Patrimônio Líquido representa o capital investido pelos proprietários da empresa. Em suma, o Balanço Patrimonial é um demonstrativo dos ativos, passivos e patrimônio líquido.

Conforme pode-se perceber, o Balanço Patrimonial é uma Demonstração indispensável, quanto ao seu potencial de exposição da empresa com relação a aspectos como a revelação da sua situação financeira, situação patrimonial e demais pontos importantes.

A grande importância do Balanço reside na visão que ele dá das aplicações de recursos feitas pela empresa (Ativos) e quantos destes recursos são devidos a terceiros (Passivos). Isso evidencia o nível de endividamento, a liquidez da empresa, a proporção do capital próprio (Patrimônio Líquido) e outras análises (IUDÍCIBUS, 2006, p. 143).

Os grupos de Curto Prazo que são o Passivo Circulante e o Ativo Circulante, conforme a própria terminação sugere, representam respectivamente, as obrigações que deverão ser pagas até o término do exercício social seguinte e os bens que deverão ser convertidos no mesmo prazo. Os demais ativos e passivos bem como o

Patrimônio Líquido, são considerados de Longo Prazo e devem permanecer na empresa por, no mínimo, mais um ano.

De acordo com Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, já mencionada anteriormente, que entrou em vigor em 2008, os grupos do Ativo recebem nova denominação, sendo que os Ativos não Circulantes se desdobram em Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Ativo Imobilizado e Ativo Intangível. O termo permanente desaparece, pois em termos econômicos e contábeis este termo não existe.

Todos os Ativos, independentemente de sua espécie, são realizáveis em moeda, seja com base no direito de recebimento (aplicações financeiras, títulos e contas a receber), seja por meio de venda (estoques) ou de sua utilização e consumo no processo produtivo. O que existe de fato, são Ativos que se realizam em prazos menores que outros (MARION, 2009, p. 50).

Os Ativos Circulantes e Não Circulantes estão expostos no lado esquerdo do Balanço Patrimonial em ordem decrescente de grau de liquidez. Os Ativos Circulantes concentram o capital de giro da empresa.

Os Passivos estão dispostos em grau decrescente de exigibilidade e dividem-se em curto prazo, Longo Prazo e Patrimônio Líquido, estão expostos do lado direito do demonstrativo. Os Passivos Circulantes são representados geralmente por contas como Fornecedores, Financiamentos, Obrigações Trabalhistas e outros. O Passivo não Circulante está exposto logo após o Passivo Circulante e representa obrigações que vencerão após o término do exercício social seguinte. O Patrimônio Líquido, vem disposto na seqüência, em suma ele representa o capital dos sócios e segundo as modificações da lei 11.638/2007 é representado pelas contas já apresentadas no item 2.1.2.

A seguir será exposta a estrutura básica de um Balanço Patrimonial, de acordo com as modificações nela introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela MP 449, que vieram a alterar a Lei 6.404/76. Esta exposição se faz necessária para fins de ilustração e materialização do que foi descrito até agora a respeito deste demonstrativo. Através da observação e análise do demonstrativo a seguir, nas empresas, é possível aos pretendentes a investimento, determinar o seu grau de confiabilidade através da liquidez, bem como os retornos que o empreendimento está oferecendo frente ao capital nela investido.

ATIVO	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE Disponibilidades Clientes Adiantamentos Estoques ATIVO NÃO CIRCULANTE Ativo Realizável a Longo Prazo Investimentos Imobilizado Intangível TOTAL DO ATIVO	PASSIVO CIRCULANTE Fornecedores Obrigações Trabalhistas Financiamentos PASSIVO NÃO CIRCULANTE PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital Social Reservas de Capital Ajustes de Avaliação Patrimonial Reservas de Lucros Ações em Tesouraria Prejuízo Acumulado. TOTAL DO PASSIVO

Quadro 1- Estrutura do Balanço Patrimonial.

2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

A Demonstração do Resultado do Exercício é confeccionada simultaneamente com o Balanço Patrimonial o qual revela as operações realizadas pela empresa durante um período de tempo. É uma demonstração dos aumentos e reduções causados no Patrimônio Líquido pelas operações da empresa, também fornecendo o resumo financeiro dos resultados operacionais do empreendimento durante um período específico. Este Demonstrativo apresenta um dos valores mais importantes a respeito da empresa às pessoas nela interessadas que é o Resultado, representado pelo Lucro ou Prejuízo.

Antes de chegar ao Resultado, em se percorrendo o a estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício, esse Demonstrativo revela as receitas obtidas em certo período e os custos e despesas incorridas contra essas receitas, incluindo a depreciação e amortização de vários Ativos, as quais não envolvem caixa. Sua projeção ocorre mensalmente, para o período de um ano que geralmente termina no último dia do ano calendário.

Segundo Marion (2009) são feitas algumas críticas a respeito da Demonstração do Resultado do Exercício Simplificado quanto a falta de destaque do grupo “itens extraordinários”. Estes itens são alheios às atividades ordinárias da empresa, por isso não devem ser apresentados juntamente com os demais componentes da Demonstração do Resultado. São exemplos destes itens, efeitos resultantes de desapropriação, sinistros, grandes mobilizações, reestruturação ou execução de dívidas e outros.

As Despesas e Receitas Financeiras são tratadas em diversos países, no grupo não operacional, mas no Brasil, ao contrário, elas são apresentadas no grupo operacional.

As Receitas representam, normalmente, o aumento do Ativo e as Despesas representam a redução do Patrimônio Líquido através da redução do Ativo ou aumento do Passivo Exigível. Percebe-se assim, a estreita relação que existe entre o demonstrativo referido com o Balanço Patrimonial apresentado anteriormente.

A contabilidade com os dois relatórios, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, um completando o outro, atinge a finalidade de mostrar a situação patrimonial e econômico-financeira da empresa (IUDÍCIBUS, 2006, p. 155).

Verifica-se que este Demonstrativo se faz necessário para melhor esclarecer as alterações ocorridas no Balanço Patrimonial, principalmente no Patrimônio Líquido, oferecendo ao usuário as informações precisas e necessárias para avaliar o desempenho do empreendimento.

As modificações no Patrimônio Líquido afetam a riqueza dos proprietários, então estas são retratadas na DRE, que é uma peça de caráter econômico, por relacionar-se com a riqueza e não com o dinheiro. Para a DRE não importa se a Receita ou a Despesa tem reflexos em dinheiro, basta apenas que afete o Patrimônio Líquido.

Conforme Iudícibus (1998), a sua apresentação pode ser simples e de forma mais resumida, o que ocorre com algumas micro e pequenas empresas que não necessitem dela para tomada de decisões, ou completas as quais são apresentadas de forma mais complexa por força de Lei e/ou interesse para o caso de empresas de grande porte que requeiram-na com dados mais pormenorizados para tomada de decisões.

A estrutura física apresentada pela Demonstração do Resultado do Exercício é exposta de forma vertical e tem início a Receita Bruta proveniente de vendas

realizadas e/ou serviços prestados. Estas são deduzidas logo em seguida por devoluções de vendas, impostos e abatimentos. Na seqüência, o custo dos produtos vendidos e/ou serviços prestados reduzem a receita líquida que resulta no Lucro Bruto. Sobre este, incorrem receitas e despesas operacionais que dão origem a um novo valor que recebe o nome de Lucro Operacional. As Receitas Financeiras influenciarão este resultado antes do desconto do Imposto de Renda e Contribuição Social e por fim é apresentado o Resultado Líquido das atividades da empresa.

RECEITA BRUTA
(-) DEDUÇÕES
(=) RECEITA LÍQUIDA
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS
(=) LUCRO BRUTO
(-) DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS
Despesas com vendas
Despesas gerais e administrativas
Despesas de depreciação
Receita financeira
(=) LUCRO OPERACIONAL
(-) DESPESAS FINANCEIRAS
(=) LUCRO ANTES DO IR E CS
(-) IMPOSTO DE RENDA
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Quadro 2 - Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício.

2.2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa visa mostrar como ocorreram as movimentações de Disponibilidades em um dado período de tempo.

Conforme Iudícibus; Martins e Gelbcke (2003) o objetivo primário da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos em dinheiro de uma empresa, ocorridos durante um determinado período. As informações provenientes da DFC, quando avaliadas em conjunto com as informações extraídas de outras Demonstrações Financeiras, possibilitam aos investidores e demais pessoas interessadas em determinada

empresa, argumentos concretos para bem avaliar o empreendimento em vista. Os principais itens capazes de serem avaliados são os seguintes:

- Capacidade da empresa em honrar seus compromissos;
- Liquidez, solvência e flexibilidade financeira da empresa;
- Capacidade da empresa de gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa;
- Taxa de conversão de lucro em caixa;
- Os efeitos sobre a posição financeira da empresa, das transações de investimento e de financiamento;
- A operacionalidade de diferentes empresas;
- O grau de precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa.

O termo “Disponibilidades”, para fins de Demonstração do Fluxo de Caixa, compreende o Caixa formado pelo dinheiro “à mão” ou em conta corrente (banco), bem como o equivalente caixa, que é representado pelos investimentos de alta liquidez, os quais podem ser convertidos em uma quantia previamente conhecida de dinheiro com risco insignificante quanto à alteração de valor.

A Demonstração do Fluxo de Caixa é uma Demonstração imprescindível em atividades tanto de pessoas físicas como das jurídicas que se dedicam a algum negócio.

A importância da sua análise ressalta-se quando da adequação da administração no sentido de manter a solvência e a liquidez da empresa através do controle permanente e preciso das entradas e saídas de caixa que ocorrem periodicamente, resultantes das atividades da empresa.

Segundo Matarazzo (2007) os principais objetivos da DFC são:

- Avaliar alternativas de investimento;
- Avaliar e controlar as decisões importantes que são tomadas na empresa;
- Avaliar as condições presente e futura do caixa da empresa, posicionando-a a evitar a iliquidez;
- Certificar que os excessos momentâneos de caixa estão sendo aplicados.

De acordo com Ludícibus; Martins e Gelbcke (2003) existem dois métodos de elaboração do fluxo de caixa a destacar, Método Direto e o Método Indireto.

O Método Direto explicita as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais como pagamento a fornecedores e recebimento de vendas. O saldo final, por sua vez, expressa o volume líquido de caixa resultante das operações.

O Método Indireto faz a conciliação entre o Lucro Líquido e o caixa gerado pelas operações, por este motivo este método também é conhecido por método da reconciliação.

A Demonstração de Entradas e Saídas de Caixa - DESC permite à administração decidir com antecedência se a empresa deve tomar recursos ou aplicá-los. A DESC abrange períodos futuros curtos, dia-a-dia, mês-a-mês, ano-a-ano.

Conforme Matarazzo (2007), através da Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa - DFCL é possível evidenciar a capacidade financeira da empresa analisada. De fácil preparação, a DFCL possibilita analisar a empresa quanto a sua dependência ou não de fontes externas de financiamento de capital de giro.

Em concordância com a legislação internacional, a DFC passou a ser obrigatória quanto à apresentação pelas empresas. Um dos motivos que levaram a DOAR a ser substituída pela DFC deve-se ao fato desta ser de mais fácil entendimento do que aquela por parte de não-contadores.

As informações constantes nos itens 2.2.3.1 e 2.2.3.2, referentes à DFCL são provenientes de Matarazzo (2007).

2.2.3.1 Informações quanto à capacidade financeira da empresa

- Autofinanciamento das operações;
- Independência do sistema bancário no curto-prazo;
- Gerar recursos para manter e expandir o nível de investimentos;
- Amortizar dívidas bancárias de curto e longo prazo.

2.2.3.2 Discriminação em grupos da Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa

- Geração Bruta de Caixa: Ajuste do lucro por despesas não desembolsáveis. Mostra o caixa gerado pelas atividades econômicas.

- Geração Operacional de Caixa: Confronta a variação entre o Ativo Circulante Operacional e Passivo Circulante Operacional, resulta na variação da Necessidade de Capital de Giro. Caixa gerado pelas atividades comerciais, investimentos operacionais e fontes operacionais.

- Geração Corrente de Caixa: É a adição da geração operacional de caixa à variação dos empréstimos bancários de curto prazo, que significa caixa gerado pelas atividades de curto prazo.

- Geração Líquida de Caixa: Confrontação da geração corrente de caixa menos a variação dos itens permanentes de caixa mais a variação dos itens não correntes.

<p> RESULTADO DO EXERCÍCIO (-) AJUSTES NÃO CAIXA (=) GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA (+) VARIÇÃO DAS NECESSIDADES DE CAPITAL DE GIRO Variação de fornecedores Variação de outros passivos operacionais Variação de clientes Variação de estoques Variação de outros ativos operacionais (=) GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (+) VARIÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO (=) GERAÇÃO CORRENTE DE CAIXA (+) VARIÇÃO DOS ITENS PERMANENTES DE CAIXA Aumento de capital Dividendos Acréscimo no imobilizado Acréscimo nos investimentos (+) VARIÇÃO DOS ITENS NÃO CORRENTES Aumento dos financiamentos de longo prazo (=) GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA Saldo inicial de caixa Saldo final de caixa </p>
--

Quadro 3 - Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa (MATARAZZO, 2007, p. 372).

2.2.4 Demonstração do Valor Adicionado

De acordo com Marion (2009), Esta Demonstração é utilizada pelos países europeus e alguns outros emergentes. Ela evidencia a riqueza econômica produzida pela companhia em determinado período. Indica o quanto que a empresa adicionou de valor aos seus fatores de produção. Expõem a forma de distribuição da riqueza gerada, entre empregados, acionistas, financiadores de capital, governo, comunidade e a parcela retida pela empresa.

A sua importância também é observada em níveis macro-econômicos, pois teoricamente, o somatório de valores adicionados de um país representa o seu Produto Interno Bruto. Em determinados países emergentes, uma empresa transnacional só é aceita se ela demonstrar o valor adicionado que irá produzir.

A DVA pode ser utilizada pelo governo como instrumento na formulação de política econômica e incentivos fiscais.

A seguir está apresentado um modelo da estrutura da referida Demonstração.

<p>RECEITA OPERACIONAL (-) CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA (=) VALOR ADICIONADO BRUTO GERADO NAS OPERAÇÕES (-) DEPRECIAÇÃO (=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (+) RECEITA FINANCEIRA (=) VALOR ADICIONADO</p> <p>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO EMPREGADOS (DPTO VENDAS E ADMINISTRAÇÃO) JUROS DIVIDENDOS IMPOSTOS OUTROS LUCRO REINVESTIDO</p>
--

Quadro 4 - Estrutura da Demonstração do Valor Adicionado (MARION, 2009, p. 239).

2.3 Análise de Balanços

2.3.1 Histórico

Há afirmações de que a Análise de Balanços é tão antiga quanto a própria Contabilidade que estava presente na avaliação da variação de riqueza quanto ao pastoreio de rebanhos (\pm 4000 a.C.), mas ela começou a tomar forma mais sólida a partir do final do século XIX, quando foi observado que os banqueiros americanos solicitando o “Balanço” às empresas que desejassem contrair empréstimos. Com o tempo também começou a ser exigida também a Demonstração do Resultado do Exercício (MARION, 2009).

Além de apenas o Balanço ser exigido inicialmente para Análise e concessão de crédito, também, a Demonstração do Resultado do Exercício e o Fluxo de Caixa apresentavam respectivamente os nomes de Balanço de Resultado e Balanço Financeiro. Desta maneira pode-se verificar que o nome “Análise de Balanços” foi influenciado pelas antigas denominações de algumas Demonstrações Contábeis.

A Análise das Demonstrações Financeiras tomou acentuado desenvolvimento com o surgimento dos bancos governamentais que se interessavam na situação econômico-financeira das empresas para concessão de crédito, posteriormente a abertura de capital por parte das empresas para investidores e atualmente as operações à prazo de compra e venda de mercadorias na avaliação da eficiência administrativa e desempenho dos concorrentes.

2.3.2 Conceito

Conforme Ferreira (2002), as empresas necessitam rapidez na busca por inovações de estratégias referentes às suas atividades para que possam manter-se inseridas no mercado atual que é marcado por constantes transformações induzidas pela competitividade. Neste contexto, a Contabilidade toma o seu espaço, através da Análise de Balanços, como instrumento fundamental no auxílio à Administração

moderna através dos diagnósticos empresariais fornecidos pela interpretação dos seus indicadores.

A Análise de Balanços é a arte de saber extrair informações úteis para o objetivo econômico que o empresário tiver em mente, dos relatórios contábeis tradicionais, de suas extensões e detalhamentos, se for o caso.

Analisar é dividir em partes alguma coisa, visando a conhecer como esta se comporta em seu universo próprio; também abrange a idéia de observar as correlações pertinentes das parcelas com o todo, visando a um sentido de exame, buscando obter julgamentos (SÁ, 2003, p. 3).

Constitui-se na observação das informações provenientes das Demonstrações Contábeis que permitem ao analista avaliar a empresa quanto aos seguintes critérios:

- Mérito de crédito;
- Quanto à administração;
- Condições de saldar suas dívidas;
- Lucratividade;
- Evolução ou regressão;
- Eficiência ou ineficiência;
- Falência ou prosperidade.

De acordo com Marion (2009), a Análise das Demonstrações Contábeis pode ser dividida em três níveis, o nível introdutório, o intermediário e o avançado. Estes níveis, por sua vez, expressam o grau de aprofundamento a ser atingido no estudo da situação econômico-financeira que é baseado no “Tripé da Análise” representado pela Liquidez, Rentabilidade e Endividamento apresentados pela empresa. Pode ocorrer o caso do mesmo indicador fornecer informações referentes a uma ou mais unidades do Tripé, ao mesmo tempo.

No Nível Introdutório, apenas alguns indicadores básicos são abordados tais como: os Índices básicos de Liquidez (Corrente, Seca e Geral), a Rentabilidade (da empresa e do empresário) e o Endividamento (quantidade e qualidade).

O Nível Intermediário trata de outros indicadores que melhor explicam e detalham a situação econômico-financeira da empresa. Neste nível são abordados Indicadores da Lucratividade, Necessidade de Capital de Giro, Análise do Fluxo de Caixa, Rotatividade, Alavancagem Financeira e outros.

O nível mais profundo no estudo do referido Tripé (Liquidez, Rentabilidade e Endividamento), são utilizadas ferramentas, abaixo discriminadas, para atingir o Nível Avançado.

- Indicadores combinados (avaliação conjunta do Tripé);
- Análise da Demonstração do Valor Adicionado (capacidade de gerar renda e respectiva distribuição);
- Liquidez Dinâmica;
- Projeções das Demonstrações Contábeis e sua análise;
- Análise com ajustamento das Demonstrações Contábeis no nível geral de preços;
- Análise por meio de Dividendos por Ações e outros indicadores para as empresas de capital aberto com ações cotadas no mercado;
- Análise das variações de fluxos econômico X financeiro;
- Outros modelos de análise: EVA, MVA, Balanced Scorecard.

Conforme Marion (2009), antes de se dar início à Análise de Balanços algumas observações importantes devem ser feitas tais como:

- Devem ser observados no mínimo três períodos;
- Confiabilidade das Demonstrações pelo parecer da auditoria e cuidado do analista;
- Preparação das Demonstrações Contábeis para a Análise através da sua reclassificação.

2.3.3 Objetivo da Análise de Balanços

Extrair informações das Demonstrações Financeiras para a posterior tomada de decisões no processo de gerenciamento.

As Demonstrações Financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com as regras contábeis. A Análise de Balanços transforma estes dados em informações e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir (MATARAZZO, 2007, p. 15).

No contexto da citação acima descrita, a Contabilidade assume seu papel através da interpretação das inúmeras cifras (dados) extraídas das Demonstrações

Contábeis da empresa a ser analisada, para auxiliar e tornar viável o trabalho da administração na tomada de decisões e também de terceiros que pretendem fazer algum tipo de negociação com a empresa.

Serão apresentados a seguir alguns indicadores de essencial importância para o aprofundamento e enriquecimento das informações da Análise Balanços que auxiliam na interpretação das Demonstrações Financeiras.

2.4 Indicadores

Para Matarazzo (2007), o êxito na Análise de Balanços ocorre pela correta interpretação das informações provenientes de seus indicadores que são capazes de fornecer um diagnóstico da situação econômico-financeira da empresa.

2.4.1 Análise Horizontal

A Análise Horizontal é realizada tendo como base um conjunto de Demonstrativos Contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício), onde parte-se da Demonstração de Exercícios de anos anteriores para medir seqüencialmente nas de data atual a variação percentual que ocorreu com os números das contas representativas.

A Análise Horizontal aponta o crescimento de itens dos Demonstrativos, através dos períodos de tempos, sendo possível para o usuário, fazer uma projeção futura de como se será o comportamento de determinado da empresa analisada, mas qualquer tendência que levem ao prejuízo pode ser interferida quando é descoberto a tempo através de um diagnóstico de análise contábil.

Por intermédio deste tipo de análise, pode-se conhecer por menores das Demonstrações Financeiras, que escapam à análise genérica através de índices.

2.4.2 Análise Vertical

A Análise Vertical é importante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo através da representatividade percentual que os elementos dos bens, direitos, obrigações e capital próprio apresentam em períodos atuais e na comparação entre períodos distintos.

Na Análise Vertical calcula-se o percentual de cada conta da Demonstração, em detrimento de um valor base que no caso do Balanço Patrimonial é o total do ativo para as contas do Ativo e o total do Passivo para contas do Passivo, identificando sua representatividade. No caso da Demonstração do Resultado do Exercício, o valor base é a Receita Operacional Líquida. Tanto a Análise Vertical quanto a Horizontal, são muito importantes para dar seguimento aos demais indicadores e assim auxiliar no processo evolutivo quanto ao grau de importância da informação extraída. Em alguns casos da Análise Vertical ela também pode apresentar índices que remetem à situação econômico-financeira.

A análise Vertical do demonstrativo de resultados já relaciona uma série de itens de despesa e resultados com as vendas. O lucro líquido sobre as vendas é um dos componentes do cálculo de retorno sobre o investimento (IUDÍCIBUS, 1998, p. 96).

A Análise Vertical além de vir a complementar as informações obtidas na Análise Horizontal, também, juntamente com esta, enriquece ainda mais as informações e conclusões obtidas através da análise dos demais indicadores. Um caso que pode-se destacar neste contexto é quando, no conjunto com as informações obtidas na análise dos índices, por exemplo, enquanto os índices indicam que uma empresa está com alto endividamento, a Análise Vertical e Horizontal indica qual o principal credor ou como se alterou a participação de cada credor nos últimos exercícios.

As informações produzidas através da análise Horizontal juntamente com a Vertical são mais concludentes do que seria se fosse tirado conclusões através da observação isolada de apenas uma delas, este procedimento certamente resultaria em conclusão incompleta e prematura. Através do trabalho realizado pela observação simultânea das duas análises referidas, pode-se fazer projeções quando

ao futuro do empreendimento em questão e as ações a serem implementadas para interferir no mesmo.

2.4.3 Análise através de índices

A utilização de índices, que é a relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Financeiras, para a interpretação da situação econômico-financeira da empresa, se constitui na técnica mais utilizada pelas empresas, tanto que, muitas vezes na prática a Análise de Balanço chega a ser confundida com a extração de índices.

Conforme Matarazzo (2007, p. 148), “assim como o médico usa certos indicadores, como pressão e temperatura, para elaborar o quadro clínico do paciente, os índices financeiros permitem construir um quadro de avaliação da empresa”.

Esta análise que se dá por meio de quocientes apresenta uma grande vantagem que é a dos efeitos da inflação não interferir na interpretação do índice resultante da relação, ou seja, esse método de análise depura os efeitos da inflação, esta situação somente acontece no caso dos Índices Financeiros, o mesmo já não ocorre com os Índices de Rentabilidade.

A técnica de Análise Financeira por quocientes é um dos mais importantes desenvolvimentos da Contabilidade, pois é muito mais indicado comparar, digamos, o ativo corrente com o passivo corrente do que simplesmente analisar cada um dos componentes individualmente (IUDÍCIBUS, 1998, p. 98).

A quantidade de índices que deve ser utilizada na análise depende exclusivamente da profundidade que se deseja no estudo, esta varia de acordo com o tipo de relação que o usuário tiver com a empresa, podendo restringir-se somente a transações rotineiras que visam satisfazer atividades referentes ao exercício social ou até mesmo a aquisição da empresa analisada.

Os principais índices são os que determinam as análises da situação financeira e da situação econômica, são os que fornecem a estrutura de capital, liquidez, rentabilidade.

2.4.3.1 Análise da Situação Financeira

Esta Análise mostra a base da situação financeira da empresa, a qual revela se a empresa tem condições de saldar seus compromissos.

A diferença entre os Índices de Liquidez e Índices de Capacidade de Pagamento é que uma empresa com bons Índices de Liquidez, teoricamente, apresenta boa capacidade de pagar as suas dívidas, mas não significa, necessariamente, que esteja pagando-as em dia, tal fato só poderá ser comprovado mediante a observação de outras variáveis tais como o prazo e renovação de dívidas.

A Liquidez é o principal parâmetro a ser considerado numa empresa, frente à concessão de empréstimos a curto prazo por parte dos credores, pois de certa forma, a capacidade da empresa de pagar as suas contas em curto prazo, é expressa nestes índices.

Há diferentes graus de liquidez que podem ser encontrados para a classificação de um empreendimento, através de diferentes fórmulas envolvendo contas e grupos de contas do Balanço Patrimonial. Estes diferentes Índices de Liquidez estão descritos a seguir.

2.4.3.1.1 Liquidez Corrente

O Índice de Liquidez Corrente evidencia, teoricamente, em unidades monetárias, quanto que a empresa apresenta para saldar a sua dívida de curto prazo relacionado à dívida apresentada. A fórmula a ser utilizada para encontrar este índice está abaixo apresentada pela relação entre o ativo circulante e o passivo circulante.

$$\boxed{LC = \frac{AC}{PC}}$$

(1)

2.4.3.1.2 Liquidez Geral

O Índice de Liquidez Geral evidencia a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, ou seja, relaciona tudo o que será convertido em dinheiro, a curto e longo prazo, com todas as dívidas assumidas, a curto e longo prazo.

Um dos motivos pelos quais a Liquidez Geral não pode ser vista isoladamente é a possível ocorrência da aquisição de um vultoso financiamento a longo prazo num determinado ano para investi-lo no Ativo Permanente, este fato resultará no aumento do Passivo Exigível a Longo Prazo e conseqüente redução da Liquidez Geral, pois os demais itens permanecerão inalterados. Itens que serão vistos na equação abaixo. Futuramente o seu Ativo Permanente (bens utilizados nas atividades da empresa) irá gerar receita e também os lucros, desta forma, o Ativo Circulante (bens e direitos em curto prazo) terá seu valor aumentado e conseqüentemente, tanto a Liquidez Geral quanto a Liquidez Corrente serão melhores.

O Índice de Liquidez Geral é calculado pela seguinte equação:

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{ARLP}}{\text{PC} + \text{PELP}} \quad (2)$$

2.4.3.1.3 Liquidez Imediata

O Índice de Liquidez imediata mostra quanto que a empresa dispõe de forma imediata para saldar as dívidas de curto prazo. Este é um índice que não oferece a máxima confiabilidade, pois relaciona-se dinheiro disponível com valores que vencerão em datas variadas, valores estes, provenientes das aplicações e bancos que são itens constantes na equação representativa desta liquidez.

Esta liquidez, se analisada isoladamente, também poderá fornecer dados imprecisos devido ao fato dos itens caixa e bancos perderem poder aquisitivo com a inflação. Quando analisada em conjunto com o atraso da empresa no pagamento

dos seus fornecedores, aí sim, se torna um fato relevante a ser considerado, representando dificuldades financeiras da empresa.

O Índice de Liquidez Imediata é calculado pela seguinte equação:

$$\text{ILI} = \frac{\text{DISPONIBILIDADES}}{\text{PC}} \quad (3)$$

2.4.3.1.4 Liquidez Seca

Através do Índice de Liquidez Seca é possível avaliar a empresa quanto ao seu grau de excelência da situação financeira. Se avaliado isoladamente, este índice pode revelar algum grau de dificuldade de liquidez do empreendimento, mas a sua confiabilidade aumenta se for avaliado em conjunto com o Índice de Liquidez Corrente.

O índice em questão sofre variação de acordo com a política utilizada pela empresa de acordo com o seu ramo de atividade. Se a empresa tiver um elevado investimento em estoques, em que não há duplicatas a receber pelo fato das vendas ocorrerem à vista, o quociente apresentado será baixo, o que não indicará necessariamente que a empresa esteja comprometida quanto à sua situação financeira.

A melhor forma de determinar se este índice, isoladamente, está baixo ou não, é compará-lo com outras empresas do ramo. Outra forma de avaliação que resultaria em maior confiabilidade do índice, seria em conjunto com o Prazo Médio de Rotação de Estoques apresentado pela empresa.

A equação que determina este quociente está abaixo descrita.

$$\text{ILS} = \frac{\text{AC} - \text{ESTOQUES}}{\text{PC}} \quad (4)$$

2.4.3.1.5 Endividamento

São muitas as vantagens e desvantagens de se trabalhar com o capital de terceiros ou o próprio, podendo estas se alternar de acordo com o estado da economia que o país pode apresentar e as necessidades internas particulares do empreendimento.

Ressaltemos, todavia, que o endividamento de alguns países desenvolvidos é alto, chegando a 60% (40% de Capital Próprio). Isso se deve a necessidade imperiosa de renovação do Ativo para torná-lo mais competitivo. Assim, só recursos próprios não são suficientes para atender à velocidade da renovação do Ativo, precisando-se recorrer a capitais de terceiros (MARION, 2009, p. 93).

Quando ocorre o fato do país apresentar uma elevada taxa de inflação, torna-se favorável para as empresas trabalhar com capital de terceiros, principalmente com passivos não onerosos, isto é, dívidas que não gerem encargos financeiros explicitamente, para a empresa, tais como: fornecedores, impostos e encargos sociais a pagar.

O grau de endividamento muito alto, mesmo em épocas de inflação elevada, também não é recomendado devido à questão da empresa ficar numa situação vulnerável, pois que as instituições financeiras não tem interesse na concessão de empréstimos a estas empresas.

Há duas características importantes serem consideradas quanto ao emprego dos financiamentos contraídos, as quais são observadas pelos credores e merecedoras da especial atenção dos administradores da empresa. A primeira é o caso daquela empresa que contrai financiamento para aplicar em ampliação das suas instalações, expansão da sua produção e modernização, o que irá resultar em aumento na geração de recursos que contribuirão para o pagamento do compromisso assumido. A outra é a situação da empresa que contrai financiamento para pagar outro financiamento, pois não há produção o bastante para saldar as dívidas.

Um fato importante a ser observado em caso de necessidade de financiamento de terceiros é a observação da origem da necessidade, a qual deve ser atrelada ao prazo do financiamento. Um financiamento que irá ser aplicado para

ampliar as operações de uma empresa devem dar tempo necessário para a mesma produzir e gerar recursos.

A proporção favorável seria de maior participação de dívidas a Longo Prazo, propiciando à empresa tempo maior para gerar recursos que saldarão os compromissos. Expansão e modernização devem ser financiadas com recursos a Longo Prazo e não pelo Passivo Circulante, pois os recursos a serem gerados pela expansão e modernização virão a Longo Prazo (MARION, 2009, p. 94).

Há algumas desvantagens dos empréstimos de curto prazo a serem salientadas. Uma delas é quanto às dificuldades que seriam encontradas por uma empresa com um Passivo Circulante “inchado”, diante de uma crise de reversão de mercado, a qual seria obrigada a vender seus Estoques a qualquer preço. O excesso de duplicatas descontadas e empréstimos de curto prazo, também propiciam uma situação desfavorável, quanto ao custo da dívida e conseqüentemente à qualidade da empresa.

Os Índices de Endividamento são necessários para a determinação da natureza e respectiva quantidade de capital que é utilizado para financiar as operações de uma empresa, de modo que, quanto à natureza, a origem do capital pode ser dos proprietários ou de terceiros que representam os empréstimos financiados para o empreendimento.

O Índice de participação do capital de terceiros na empresa, relaciona as duas fontes de recursos da empresa. É um indicador de dependência a terceiros, por parte da empresa. Pode ser vantajoso para a empresa, trabalhar com capital de terceiros se a remuneração paga a esses capitais for menor do que o lucro conseguido pela empresa, através de sua aplicação nos negócios.

A Participação do Capital de Terceiros ou Índice de Endividamento, como também pode ser chamado, está abaixo representado pela sua equação.

$$CT = \frac{PC + PELP}{PL}$$

(5)

2.4.3.1.6 Garantia do Capital de Terceiros

A margem de segurança dada aos capitais de terceiros aplicados na empresa, expressa pela equação abaixo, auxilia o empreendedor na atenção ao grau de endividamento atingido, mostrando as garantias que apresentadas pela empresa, em dado momento, frente ao financiamento de capitais de terceiros. A equação representativa está abaixo expressa.

$$\text{GARANTIA} = \frac{\text{PL}}{\text{PC} + \text{PELP}} \quad (6)$$

2.4.3.1.7 Composição do Endividamento

A observação do Índice de Composição do Endividamento tem muita importância para que a empresa mantenha-se alerta quanto aos seus limites de endividamento a curto e longo prazos. Ocorrem momentos pelos quais as empresas passam em que se torna interessante optar por financiamento de longo prazo ou de curto prazo. No momento em que o empreendimento se encontra em plena expansão, é de grande importância optar por financiamento de Longo Prazo para que a amortização das dívidas se dê somente após a empresa ganhar capacidade operacional adicional, ou seja, tenha resultados adicionais provenientes da expansão. A opção por recursos de curto prazo para a expansão, só é indicada nas situações em que o retorno dos ativos seja curtíssimo, o que raramente ocorre.

$$\text{COMP END} = \frac{\text{PC}}{\text{PC} + \text{PELP}} \quad (7)$$

2.4.3.1.8 Endividamento de Longo Prazo

O Endividamento de Longo Prazo (ELP) revela o percentual das dívidas de longo prazo, considerando o investimento total (AT).

$$\text{ELP} = \frac{\text{PELP}}{\text{AT}} \quad (8)$$

2.4.3.1.9 Endividamento de Curto Prazo

O Endividamento a Curto Prazo (ECP) revela o percentual de dívidas de curto prazo, apresentado pela empresa, relacionado ao investimento total (AT).

$$\text{ECP} = \frac{\text{PC}}{\text{AT}} \quad (9)$$

2.4.3.1.10 Grau de Imobilização do Patrimônio Líquido

Este estudo, realizado através de interpretação de índices, serve para verificar como se apresenta a estrutura da aplicação de recursos de uma empresa, evidenciando o comportamento adotado pela empresa quanto à alocação dos seus recursos financeiros.

A Imobilização do Patrimônio Líquido revela o percentual de aplicação de capital próprio nos bens utilizados nas atividades da empresa. O indicado neste caso é que quanto menor for o percentual de PL aplicado na imobilização é melhor, pois quanto mais alta for esta aplicação, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante, então, maior será a dependência ao capital de terceiros para serem aplicados nestes bens de curto prazo. A equação representativa deste índice está abaixo apresentada.

$$\text{GIPL} = \frac{\text{AP}}{\text{PL}}$$

(10)

2.4.3.1.11 Grau de Imobilização de Recursos não Correntes

O Grau de Imobilização de Recursos não Correntes, abaixo descrito, revela o quanto de recursos de longo prazo que a empresa compromete com bens utilizados nas suas atividades. A utilização de recursos não correntes é perfeitamente possível, desde que o prazo seja compatível com a geração de recursos para resgatar estas dívidas de longo prazo. É importante que este índice não seja superior a 1 (um), pois, ainda que a empresa tenha necessidade de Ativo Circulante, deve sempre existir um pequeno excesso de recursos de longo prazo, o qual é destinado ao Ativo Circulante.

$$\text{GIRNC} = \frac{\text{AP}}{\text{PL} + \text{PELP}}$$

(11)

2.4.3.1.12 Grau de Imobilização do Investimento Total

O índice representativo do grau de Imobilização do Investimento Total (GIIT), abaixo descrito, relaciona o capital aplicado no Ativo Permanente da empresa com o seu Ativo Total, fornecendo a percentagem.

$$\text{GIIT} = \frac{\text{AP}}{\text{AT}}$$

(12)

2.4.3.1.13 Grau de Financiamento do Imobilizado

O Grau de Financiamento do Imobilizado (GFI), abaixo apresentado pela equação, representa a quantidade de financiamento de longo prazo aplicada nos bens de longo prazo (Ativo Permanente).

$$\text{GFI} = \frac{\text{PELP}}{\text{AP}}$$

(13)

2.4.3.1.14 Grau de Capitalização

O Grau de Capitalização (GC) representa a quantidade de recursos próprios aplicados no investimento total da empresa (AT). A equação determinante deste índice está abaixo descrita.

$$\text{GC} = \frac{\text{PL}}{\text{AT}}$$

(14)

2.4.3.2 Análise da Situação Econômica

Esta Análise se volta à empresa quanto à sua geração de resultados, rentabilidade, potencial de vendas, sua habilidade de gerar lucros. Mais do que somente números isolados, a análise da situação econômica enfoca os retornos obtidos provenientes dos investimentos que são realizados na empresa para buscar receita e conseqüente lucro em sua atividade.

Conforme Marion (2009, p. 127) “A combinação de itens do Ativo é que gera Receita para a empresa. Na verdade, o Ativo significa Investimentos realizados pela empresa a fim de obter Receita e, por conseguinte, Lucro. Assim podemos obter a Taxa de Retorno sobre os Investimentos. Isso representa o poder de ganho da empresa: quanto ela ganhou por real investido”.

No que se refere ao lucro, há muitas variantes que podem ser usadas na determinação dos índices de Lucratividade, tais como: Lucro Líquido, Lucro Operacional, Lucro antes ou após o Imposto de Renda, mas o mais importante a ser observado para a obtenção dos quocientes é a compatibilidade do numerador com o denominador nessa relação, por exemplo, se o interesse for saber o retorno do Investimento Operacional deve ser o Lucro Operacional no numerador.

2.4.3.2.1 Giro do Ativo

O Giro do Ativo significa a eficiência que a empresa apresenta de utilizar os seus bens, no objetivo gerar vendas, quanto mais vendas ocorrerem, maior será a eficiência da empresa na gestão dos seus ativos.

A equação representativa deste quociente está abaixo apresentada, relacionando Vendas com o Ativo, dela se obtém o quanto que a empresa vendeu para cada um real de investimento total.

$$\text{GIRO DO ATIVO} = \frac{\text{VENDAS}}{\text{ATIVO}}$$

(15)

2.4.3.2.2 Retorno Sobre o Investimento

O Retorno sobre o Investimento, aqui representado pela sigla “ROI”, *Return On Investment*, é provavelmente o mais importante índice de toda a Análise de Balanços, pois este reflete o resultado que foi gerado pelas operações da empresa relacionando-o aos investimentos realizados no Ativo para a obtenção do resultado.

A equação utilizada para obtenção do quociente relativo a este retorno é formada pelo lucro antes das Despesas Financeiras e do Imposto de Renda, que vai no numerador e o investimento realizado no Ativo, obtido através da subtração do valor do Passivo Circulante e das Despesas Financeiras, do Ativo Total, que vai no denominador. O índice resultante desta equação pode expressar em quanto tempo será possível, recuperar os investimentos realizados (*Payback* do investimento)

$$\text{ROI} = \frac{\text{LO}}{\text{Investimento}} \quad (16)$$

2.4.3.2.3 Retorno sobre o Patrimônio Líquido

O retorno que os proprietários obtêm em seu empreendimento, é representado, neste caso, pela sigla “ROE”, *Return On Equity*. Ele é obtido pela equação abaixo descrita, a qual relaciona o resultado líquido com o capital dos proprietários para a obtenção de um índice, que neste caso expressa em quanto tempo será possível para os proprietários, recuperar os investimentos realizados (*Payback* dos proprietários). Este quociente é de grande importância, pois expressa os resultados auferidos pela gerência na gestão de recursos próprios e de terceiros.

$$\text{ROE} = \frac{\text{LL}}{\text{PL}} \quad (17)$$

2.4.3.2.4 Retorno Sobre as Operações

O Retorno das Operações da empresa, “ROA”, é expresso pela equação abaixo descrita e representa a medida que quantifica o resultado operacional produzido pela empresa em suas atividades operacionais antes de incorrer as despesas financeiras.

$$\text{ROA} = \frac{\text{LO}}{\text{AT}} \quad (18)$$

2.4.3.2.5 Custo da Dívida

O Custo da Dívida relaciona as despesas resultantes dos financiamentos contraídos, Despesa Financeira, com o Passivo Oneroso e possibilita que a empresa verifique antes da tomada de empréstimo, se estes apresentam taxas superiores ao do “ROA”, se isto ocorrer, a Alavancagem Financeira será desfavorável.

$$\text{ROA} = \frac{\text{Despesa Financeira}}{\text{Passivo Oneroso}} \quad (19)$$

2.4.3.2.6 Alavancagem Financeira

A Alavancagem Financeira representa capacidade de rentabilidade que o capital de terceiros possui sobre o capital da empresa ou a maximização do retorno dos investimentos, produzida pelo financiamento de capital extra empresa.

O interesse que leva os proprietários a contrair o capital de terceiros é a obtenção de resultados positivos sem muito esforço. Deve ser dada atenção ao crescimento desmedido dos financiamentos e aumento da taxa de retorno do Patrimônio Líquido, pois esta situação pode acarretar empobrecimento da empresa.

A equação que determina O Grau de Alavancagem Financeira está abaixo expressa.

$$\text{GAF} = \frac{\text{ROE}}{\text{ROA}} \quad (20)$$

2.4.3.2.7 Margem Bruta

A Margem Bruta representa a percentagem remanescente das vendas líquidas após a dedução do custo dos produtos vendidos. Através deste índice pode-se avaliar o suprimento de áreas comerciais e a comercialização das empresas. Este quociente é encontrado através da relação entre o Lucro Bruto e a Receita Operacional Líquida abaixo descrita.

$$\text{MB} = \frac{\text{LB}}{\text{ROL}} \quad (21)$$

2.4.3.2.8 Margem Operacional

A Margem Operacional representa a margem de lucro sobre as vendas, comparando o lucro com as vendas líquidas. Este quociente já é calculado durante a análise vertical realizada na Demonstração do Resultado do Exercício. O cálculo deste índice é realizado pela relação entre o Lucro Operacional e a Receita Operacional Líquida que está abaixo representada equação.

$$MO = \frac{LO.}{ROL}$$

(22)

2.4.3.2.9 Margem Líquida

A Margem Líquida revela o percentual que sobrou da Receita Operacional Líquida, após terem sido deduzidas todas as despesas e computados os resultados não operacionais, provisão para o Imposto de Renda e as participações societárias. A equação determinante deste quociente é a relação entre o Lucro Líquido e a Receita Operacional Líquida que está abaixo descrita.

$$ML = \frac{LL}{ROL}$$

(23)

2.4.3.3 Índices de Rotatividade e Prazos Médios

Os Índices de Rotatividade representam a velocidade de renovação dos elementos patrimoniais em função do tempo e são calculados a partir da determinação dos prazos médios de duração no tempo destes mesmos elementos envolvidos.

Segundo Iudícibus (1998, p. 105) “Alega-se que quanto maior a rotatividade, tanto melhor; e isto certamente é verdade desde que a margem de lucro sobre as vendas se mantenha constante ou, se diminuir, diminuir menos do que o aumento da rotação”.

Os referidos Índices influenciam bastante na posição de liquidez e rentabilidade da empresa. Estes índices, normalmente são determinados por equação que envolve itens do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado.

2.4.3.3.1 Prazo Médio e Rotação de Estoques

O volume de estoque a ser mantido na empresa decorre de várias situações podendo ser: perspectiva de aumento do produto, desconto concedido pelo fornecedor, variedade de produtos para maior número de vendas.

O Prazo Médio de Estocagem mostra quanto tempo é decorrido desde a compra do estoque pela empresa até a sua venda ou quantas vezes renovou o estoque devido às vendas.

Portanto este prazo varia de acordo com o volume de vendas e a política de estocagem da empresa. As equações determinantes do Prazo Médio de Estocagem e da Rotação de Estoques estão abaixo e o tempo considerado neste caso é o ano.

$$\text{PME} = \frac{\text{ESTOQUE}}{\text{CMV}} \times 360$$

(24)

$$\text{RE} = \frac{360}{\text{PME}}$$

(25)

2.4.3.3.2 Prazo Médio e Rotação de Duplicatas a Receber

Estes Quocientes indicam quanto tempo em dias semanas ou meses, que a empresa espera, em média, para receber as suas vendas a prazo e respectivo número de vezes que esta etapa se repete em função do tempo. Para determinação de índices mais próximos possíveis da realidade deve ser empregado no seu cálculo, o maior número possível de vendas a prazo realizado na empresa.

O fato da variação do tempo de espera das Duplicatas a Receber pela empresa, pode ser resultante de vários fatores tais como: usos e costumes do ramo de negócio, política de abertura para o crédito, eficiência do serviço de cobranças, Liquidez Financeira dos Clientes.

O custo da ociosidade de “recebíveis” pode ser grande se os mesmos se acumulam em tempos de inflação, o que reduz o poder de compra da empresa, pois estes recursos poderiam ser investidos para geração de lucro.

As equações representativas destes quocientes estão abaixo representadas e o tempo considerado neste caso é o ano.

$$\text{PMR} = \frac{\text{DUP REC}}{\text{VENDAS PRAZO}} \times 360 \quad (26)$$

$$\text{RDR} = \frac{360}{\text{PMR}} \quad (27)$$

2.4.3.3.3 Prazo Médio de Pagamento e Rotação de Fornecedores

Estes Quocientes indicam quanto tempo em dias, meses ou anos que a empresa demora para pagar os seus fornecedores e quantas vezes é realizado o pagamento em função do tempo.

Se o tempo para receber as Vendas à Prazo é maior do que o concedido pelo Fornecedor para pagamento das Duplicatas, o que normalmente ocorre, a empresa terá que buscar mais capital de giro para sustentar as vendas, o que ocasiona um “círculo vicioso”. Uma alternativa para este problema seria trabalhar com ampla margem de lucro sobre as vendas, esticar o máximo os prazos de pagamento e usar uma política mais agressiva quanto a cobrança e desconto bancário.

As equações representativas destes quocientes estão abaixo representadas e o tempo considerado neste caso é o ano.

$$\text{PMP} = \frac{\text{FORNECEDORES}}{\text{COMPRAS PRAZO}} \times 360 \quad (28)$$

$$\text{RF} = \frac{360}{\text{PMP}} \quad (29)$$

2.4.3.3.4 Ciclo Operacional

O Ciclo Operacional corresponde ao intervalo de tempo compreendido desde a compra das mercadorias ou dos materiais de produção até o recebimento da venda. É um período em que são investidos recursos nas operações sem que

ocorram as entradas de caixa correspondentes. Parte deste giro é financiada pelos fornecedores através da concessão de prazo para o pagamento.

A equação para determinar este ciclo esta abaixo especificada, sendo que, o Ciclo Operacional é igual à soma do Prazo Médio concedido aos Clientes com o Prazo Médio de Estocagem da empresa.

$$\text{CO} = \text{PMC} + \text{PME}$$

(30)

2.4.3.3.5 Ciclo Financeiro

O Ciclo Financeiro significa o prazo que se dá início a partir do pagamento aos fornecedores e termina com o recebimento das vendas a prazo realizadas pela empresa. Neste período a empresa financia suas operações sem a participação dos fornecedores. Quanto maior for este ciclo maior também será o valor de recursos próprios e de terceiros que estarão aplicados nas operações da empresa, o que provoca custos financeiros e afeta a rentabilidade.

A equação para determinar este ciclo esta abaixo especificada, sendo que, o Ciclo Financeiro é igual ao Ciclo Operacional menos o Prazo Médio de Pagamento de Fornecedores.

$$\text{CF} = \text{CO} - \text{PMP}$$

(31)

2.4.3.3.6 Liquidez Dinâmica

O aperfeiçoamento do sistema de informações gerenciais fez com que surgisse a necessidade de associar alguns indicadores para identificar um instrumento mais confiável para a análise da política financeira das empresas.

A Liquidez Dinâmica é um indicador que deriva da associação de três indicadores de velocidade que são: Rotação de Estoques, Rotação de Contas a Receber e Rotação de Fornecedores.

Os fatores a serem considerados para a apuração da Liquidez Dinâmica são:

- A política de financiamento das vendas, incluindo capacidade de vendas à vista influenciando no prazo de contas a receber;
- Política de compras influenciando no prazo médio do pagamento de contas de fornecedores;
- Variação da velocidade na movimentação dos estoques resultante de compras e vendas.

O resultado obtido na aplicação da equação da Liquidez Dinâmica nos respectivos elementos da empresa identificará se a empresa necessita ou não de financiamento de capital de terceiros, se maior que 1 então ela receberá antes de seus clientes para depois pagar os fornecedores, se menor que 1 então ela terá que pagar os seus fornecedores antes de receber dos seus clientes.

O Índice de Liquidez Dinâmica é encontrado mediante a aplicação da equação abaixo descrita, que representa a multiplicação da Rotação dos Estoques pela percentagem de vendas à vista somado à Rotação de Duplicatas a Receber multiplicada pela percentagem de vendas à prazo, o resultado é dividido por Rotação de Fornecedores.

$$LD = \frac{RE \times \% \text{ vendas à vista} + RDR \times \% \text{ vendas à prazo}}{\text{Rotação de Fornecedores}}$$

(32)

2.4.4 Análise do Capital de Giro

A Análise do Capital de Giro é fundamental para Análise de Caixa, estratégias de financiamento, crescimento e lucratividade.

A necessidade de capital de giro de uma empresa representa a diferença entre os investimentos e financiamentos operacionais a curto prazo.

Para financiar as necessidades de capital de giro, a empresa conta normalmente com 3 tipos de financiamento:

- Capital Circulante Próprio;
- Empréstimos e financiamentos bancários de Longo Prazo;
- Empréstimo bancário de Curto Prazo e Duplicatas Descontadas.

Enquanto a empresa aguarda o Ciclo Operacional, ela necessita de capital para financiar suas atividades operacionais e também para pagar seus fornecedores que na maioria das vezes oferecem a empresa prazos inferiores ao prazo do ciclo operacional. No momento em que esgotar-se o prazo concedido pelos fornecedores, inicia-se o ciclo de caixa que se estende até findar o ciclo operacional. O ciclo de caixa corresponde ao número de dias que a empresa financia sozinha as suas atividades.

É analisando as várias etapas das atividades operacionais da empresa, com as suas respectivas necessidades de capital para manter as operações, que se verifica qual é a sua necessidade de capital de giro.

A fim de oferecer maior credibilidade a este trabalho, se faz necessário corrigir os efeitos da inflação sobre o poder aquisitivo da moeda para que os valores expressos nos Demonstrativos Contábeis sejam atuais quanto ao seu poder de compra, já que se trata de exercícios ocorridos em anos anteriores a 2009.

2.5 Correção da Inflação

O consumidor entende popularmente por inflação, a perda do poder aquisitivo sofrido pela moeda corrente em função do aumento geral de preços dos produtos que são necessários para a manutenção das suas atividades.

De acordo com Souza (1997), a inflação é como um processo de aumento generalizado e persistente do nível de preços. Portanto, o termo inflação não se refere ao aumento do preço de bens individualmente, mas ao aumento do seu índice, que é a média ponderada de todos os preços.

Embora a inflação não seja de forma muito “agressiva” nos tempos atuais, comparando-se a períodos vividos pela economia brasileira anteriormente ao Plano

Real, ela continua presente de acordo com os números índices apresentados pelas instituições de ensino e pesquisas referentes ao assunto.

Conforme o Art. 1º da Resolução CFC nº 900 de 22 de março de 2001, o Princípio da Atualização Monetária é obrigatório somente quando a inflação se aproxima ou exceda a 100% ao triênio. Por menor que sejam os índices de inflação, se estes não forem considerados nos demonstrativos apresentados no final de cada exercício, a situação econômico-financeira da entidade não será fielmente apresentada.

Conforme Ludícibus (2006, p. 265):

Não é necessário ser profissional de contabilidade, administrador ou mesmo proprietário de empresa para perceber que as demonstrações contábeis de fim de período, bem como outros relatórios emanados do setor contábil, são estruturados em parte na pressuposição de que a moeda não sofre variações em seu poder aquisitivo intrínseco.

Entre as instituições reconhecidas, que publicam os índices inflacionários, podem-se listar as seguintes: o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a FGV (Fundação Getúlio Vargas), a FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Os efeitos da inflação sobre os produtos podem ser observados de maneira mais clara considerando-se o seu acúmulo durante período mais prolongados para a obtenção de números mais elevados, tendo em vista a sua baixa intensidade na atualidade.

O IGP - M, Índice Geral de Preços do Mercado, da FGV, a coleta de preços dos produtos considerados é feita entre os dias 21 do mês anterior e 20 do mês corrente, com divulgação no dia 30. O IGP tradicional abrange o mês fechado. O IGP-M é elaborado para contratos do mercado financeiro. É composto por três índices: IPA, IPC e INCC, que representam 60%, 30% e 10%, respectivamente, do IGP-M.

A seguir, está apresentado no Quadro 5, os índices anuais da Inflação com respectivo acúmulo, publicados pela Fundação Getúlio Vargas.

Ano	Índice
2005	1,20%
2006	3,83%
2007	7,74%
2008	9,81%
Acumulado	24,31%

Quadro 5 - IGPM/FGV.

Para a confecção da Fundamentação Teórica, se fez necessário identificar o trabalho desenvolvido com as teorias reconhecidas de obras pertencentes a autores consagrados, afim de fornecer valor de crédito a cada etapa desenvolvida e também exaltar esses ícones que elevam o grau de importância das Ciências Contábeis propiciando, através do desenvolvimento de técnicas contábeis, o reconhecimento desta ciência, por parte do público em geral e principalmente das empresas.

3 METODOLOGIA

Na organização de quaisquer trabalhos escritos, tais como: Monografia, Dissertação, Tese ou qualquer outro realizado rotineiramente, que passe por avaliação ou não, se faz necessário que o seu autor mantenha durante o desenvolvimento do mesmo, determinada organização em sua estrutura, seqüência de tópicos a serem abordados e harmonia para que o leitor possa assimilar de forma clara o que se desejou transmitir.

Para a execução de trabalhos mais complexos e extensos que exijam uma maior dedicação em termos de pesquisa bibliográfica, tempo dispendido e principalmente o raciocínio para sua elaboração e conexão dos tópicos, é importante que haja um balizamento para o autor ao longo do seu desempenho.

A Metodologia é um instrumento indispensável ao pesquisador, a qual possibilita o acesso ao conhecimento para posterior execução do trabalho científico e desta forma o público terá maior clareza na sua compreensão.

O método é um instrumento do conhecimento que proporciona aos pesquisadores em qualquer área de sua formação, orientação geral que facilita planejar uma pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar experiências e interpretar os resultados (FACHIN, 2006, p. 29).

A presente pesquisa será realizada junto à Empresa Confortopé Calçados LTDA, empresa de comércio de médio porte, situada na cidade de Santa Maria-RS. Para sua execução, será necessário o fornecimento dos Demonstrativos Financeiros da empresa por parte do setor contábil, referentes aos anos compreendidos entre 2005 e 2008, para extração das informações através dos indicadores econômico-financeiros e respectiva comparação histórica com posterior análise para emissão do relatório contendo o desempenho apresentado e provável motivo do mesmo.

Desta maneira, se definiu que a melhor forma de atingir o objetivo proposto pelo trabalho será utilizando a metodologia a seguir descrita, conforme Diehl e Tatim (2004).

3.1 Quanto à base lógica de investigação

Este trabalho se caracteriza, segundo a base de investigação, como Dedutivo, pois se partirá das demonstrações contábeis que são bases reais e verdadeiras para se chegar a conclusões verdadeiras. O propósito básico do dedutivo é obter conclusões verdadeiras através de premissas verdadeiras.

3.2 Quanto à abordagem do problema

Quanto à abordagem o trabalho se enquadra como qualitativo e quantitativo devido a busca pela compreensão do processo a ser estudado com posterior qualificação do comportamento tomado pela empresa em questão. A abordagem qualitativa procura compreender, qualificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

3.3 Quanto ao objetivo geral

Devido ao fato do trabalho ter como base para sua solução o estudo, análise, registro e interpretação, é que se conclui tratar de um trabalho descritivo. O objetivo geral descritivo identifica-se por fazer estudo, análise, registro e interpretação dos fatos do mundo físico, sem a interferência do pesquisador - descrevem característica de determinada população ou fenômeno.

3.4 Quanto ao propósito

Pelo motivo de ocorrer levantamento e avaliação de índices e outros métodos de análise, para avaliar os seus resultados, é que se conclui tratar de pesquisa com propósito de avaliação de resultados.

3.5 Quanto ao procedimento técnico da pesquisa

Trata-se de estudo de caso, quanto ao procedimento técnico, devido ao fato de que as conclusões extraídas do trabalho só se relacionarão àquela empresa em particular.

4 DESENVOLVIMENTO

A Empresa cujo nome fictício é Confortopé Calçados LTDA, sobre a qual foi desenvolvido este trabalho, se consolidou na cidade de Santa Maria - RS, a mais de 85 anos, mas possui algumas sedes distribuídas pelo estado do Rio Grande do Sul. Conta atualmente, com oito lojas nesta cidade, quatro lojas na cidade de Porto Alegre e uma em Santa Cruz, totalizando treze lojas neste estado. Seu foco principal é o comércio calçadista, mas também dispõe de outros artigos esportivos.

A tradição, que faz desta empresa uma das maiores do ramo, tanto em qualidade dos seus produtos quanto em seus horizontes conquistados no Rio Grande do Sul, reside num trabalho desempenhado com seriedade para bem servir os seus clientes, oferecendo-lhes produtos de qualidade e bons preços. Os consumidores são servidos durante todo o ano com mercadorias que se identificam a cada período acompanhando a sazonalidade da região.

A empresa também se destaca pela qualidade dos seus serviços e atendimento ao público, através do investimento em tecnologia para garantir aos mesmos, facilidade e comodidade em suas compras, os quais passaram a contar neste período, com cartão digital, o qual se restringe a clientes de baixa renda e informais. O aumento do número de parcelas, para facilitar o pagamento das compras, também veio a Harmonizar o seu relacionamento com o público.

4.1 Procedimentos aplicados

Nesta etapa do trabalho foram aplicados sobre os demonstrativos contábeis da empresa Confortopé Calçados LTDA os conhecimentos teóricos desenvolvidos anteriormente, possibilitando desta maneira, a melhor compreensão destes fundamentos.

Em primeiro momento, com posse dos demonstrativos contábeis da empresa (Balanço Patrimonial e Demonstrativo do Resultado do Exercício), referentes aos anos de 2005 a 2008, fez-se a reclassificação dos mesmos, agrupando as contas dentro dos seus grupos a fim de facilitar a sua análise.

O próximo passo foi corrigir o efeito provocado pela inflação nas contas dos Demonstrativos Contábeis da empresa para que estas retratem o real estado econômico-financeiro da entidade. No presente caso, em que foram transcorridos 4 anos (2005 a 2008), o efeito inflacionário sobre as Demonstrações contábeis da Confortopé Calçados LTDA foi corrigido com base no número índice IGP-M, apresentado pela FGV, de acordo com o previsto pela Resolução número 900 de 22 de março de 2001, parágrafo único.

No momento seguinte foi realizada a Análise Vertical dos demonstrativos que consiste em obter a representatividade percentual de cada conta dentro do seu grupo. Distingue-se a base para o percentual, que no Balanço Patrimonial é o total do Ativo para contas do Ativo e o total do Passivo para contas do Passivo, na Demonstração do Resultado do Exercício, a Receita Líquida.

A Análise Horizontal foi realizada encontrando-se o crescimento percentual (evolução) de cada conta ou grupo de contas nos anos de 2006 a 2008, a partir da sua divisão pelas suas idênticas do ano base que é 2005. Outros Direitos Realizáveis, Aplicações Financeiras e Mútuo, do Balanço Patrimonial bem como Outros do grupo Resultado não Operacional da DRE, fizeram exceção a esta regra, pois não apresentaram valor em 2005 e tiveram sua base no ano de 2006.

Após serem feitas as Análises Vertical e Horizontal, partiu-se para a Análise através dos quocientes que revelam a situação econômico-financeira da empresa bem como, os quocientes de rotatividade.

Para disponibilizar uma gama ainda maior de dados ao presente trabalho, de maneira a enriquecê-lo de informações, foi confeccionado o Demonstrativo do Fluxo Líquido de Caixa. Através das informações obtidas com este demonstrativo, em conjunto com os demais indicadores, foi possível determinar o nível de dependência externa de capital de giro e conhecer a capacidade financeira da empresa de forma mais concreta.

A Análise Gráfica do Capital Circulante Líquido veio a completar as informações obtidas através dos indicadores, a respeito da capacidade de financiamento apresentada pela empresa, e também discriminar e avaliar as suas fontes de recursos utilizadas para suporte dos seus bens, direitos e manutenção das suas operações.

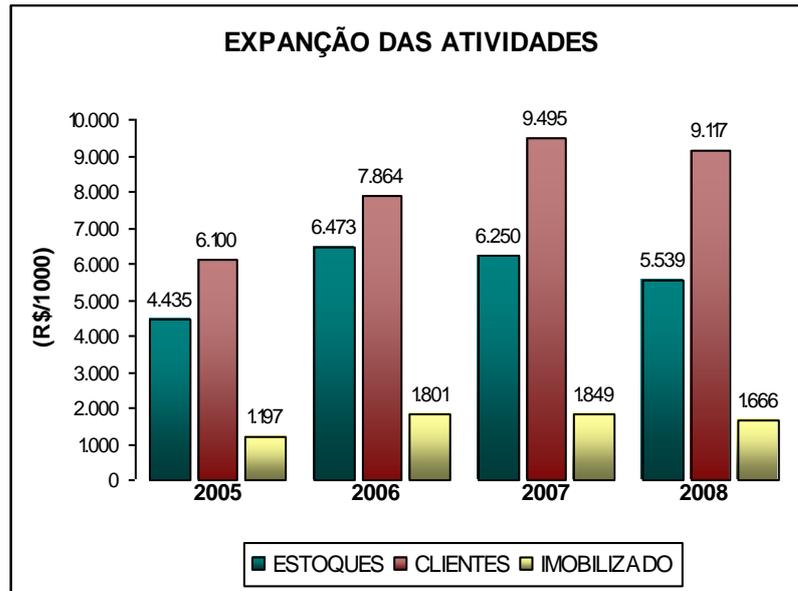
4.2 Relatório da análise

Para emissão do relatório referente à análise da empresa estudada, foram reunidas de forma harmônica num único texto, as informações provenientes de todos os indicadores e das demonstrações contábeis desenvolvidas a partir das fornecidas, de maneira a obter-se através destes subsídios, a resposta para o problema e o cumprimento do objetivo proposto pelo presente trabalho.

Com base na análise realizada por meio dos principais indicadores aplicados nos demonstrativos financeiros da empresa Confortopé Calçados LTDA, foi possível constatar a sua situação econômico-financeira e sugerir procedimentos a fim de retificar eventuais situações que possam estar comprometendo ou venham a prejudicar os resultados das suas operações.

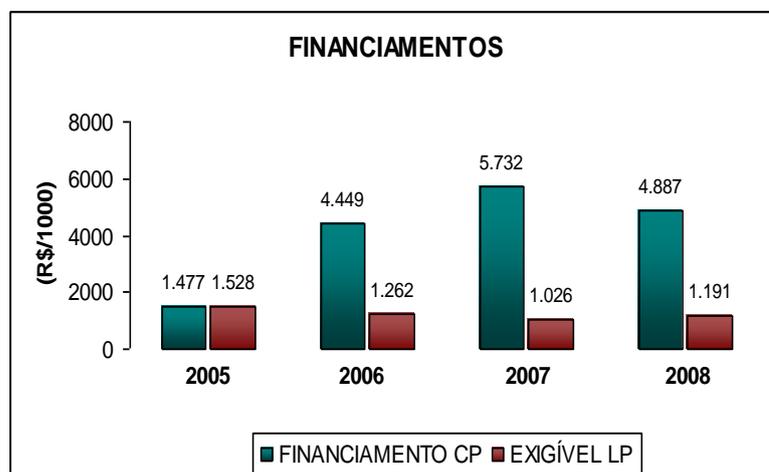
BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de reais)												
ATIVO	2005			2006			2007			2008		
	R\$	AV %		R\$	AV %	AH %	R\$	AV %	AH %	R\$	AV %	AH %
Circulante	12.986	80		17.803	87	137	17.338	79	134	15.947	77	123
Disponibilidades	2.288	14		3.211	16	140	1.292	6	56	569	3	25
Clientes	6.100	37		7.864	39	129	9.495	43	156	9.117	44	149
Estoques	4.435	27		6.473	32	146	6.250	29	141	5.539	27	125
Outros AC	163	1		254	1	156	300	1	184	721	3	442
ARLP	1.669	10		776	4	46	2.675	12	160	3.096	15	186
ATIVO PERMANENTE	1.652	10		1.823	9	110	1.871	9	113	1.687	8	102
Investimentos	455	3		22	0	5	21	0	5	21	0	5
Imobilizado	1.197	7		1.801	9	150	1.849	8	154	1.666	8	139
TOTAL DO ATIVO	16.307	100		20.402	100	125	21.884	100	134	20.730	100	127
PASSIVO												
Circulante	6.037	37		10.166	50	168	12.029	55	199	12.044	58	200
Fornecedores	3.166	19		3.754	18	119	3.803	17	120	4.165	20	132
Instituições finan.	1.477	9		4.449	22	301	5.732	26	388	4.887	24	331
Impostos e taxas	867	5		1.183	6	136	1.577	7	182	1.929	9	222
Outros PC	527	3		779	4	148	917	4	174	1.062	5	201
PEXLP	1.528	9		1.262	6	83	1.026	5	67	1.191	6	78
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.743	54		8.973	44	103	8.829	40	101	7.495	36	86
CS e Reserva Capital	5.644	35		5.373	26	95	5.175	24	92	4.803	23	85
Capital Social	5.322	33		5.259	26	99	5.065	23	95	4.701	23	88
TOTAL DO PASSIVO	16.307	100		20.402	100	125	21.884	100	134	20.730	100	127

Quadro 6 - Análises Vertical e Horizontal dos Balanços Patrimoniais.



Quadro 7 – Gráfico da expansão das atividades operacionais.

Aplicando a Análise Vertical e Horizontal no Balanço Patrimonial da empresa Confortopé Calçados LTDA, nos anos compreendidos entre 2005 e 2008, verificou-se o destaque dos bens e direitos para comercialização, os Estoques, Valores a Receber resultantes das vendas a prazo e bens utilizados nas atividades da empresa, o Imobilizado. Desta maneira, justifica-se a expansão da empresa que ocorreu com a constituição de três novas sedes durante o período considerado, sendo duas em 2006 e uma em 2007, todas na cidade de Porto Alegre-RS. Em decorrência do aumento das atividades, os impostos e contribuições a serem pagos pela empresa também apresentaram um crescimento significativo no final do período.



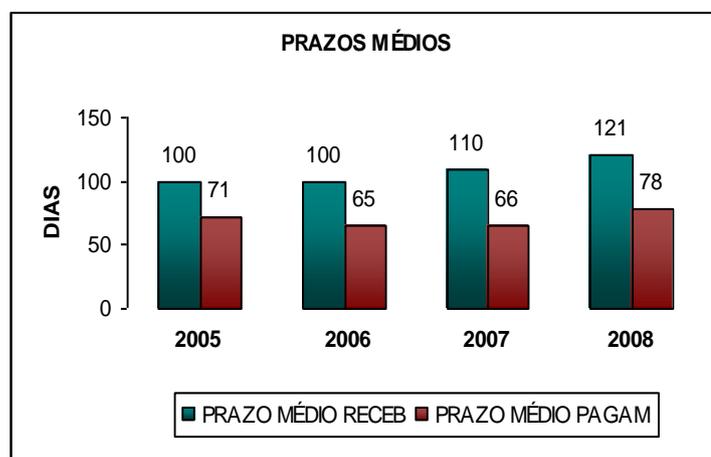
Quadro 8 – Gráfico dos Financiamentos.

As origens de recursos para aplicação nestes bens são oriundas, em sua maioria, de financiamentos de curto prazo, os quais atingiram o seu ápice de crescimento em 2007, com de 288%, representando em 2008, 24% do total das obrigações. Este financiamento, representado por Instituições Financeiras, ocorre através de uma “conta rotativa” que a empresa utiliza para manter o capital de giro, pois os recursos provenientes das vendas à vista, não são o bastante para atender às necessidades requeridas pelas atividades operacionais da empresa.

TEMPO (DIA)	2005	2006	2007	2008
PRAZO MÉDIO DE ESTOQUES	104	126	109	100
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO	100	100	110	121
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	71	65	66	78
CICLO OPERACIONAL	204	226	219	221
CICLO FINANCEIRO	133	161	153	143
ROTAÇÕES/ANO				
ROTAÇÃO DE ESTOQUES	3,5	2,9	3,3	3,6
ROTAÇÃO DE DUPLICATAS A RECEBER	3,6	3,6	3,3	3
ROTAÇÃO DE FORNECEDORES	5	5,5	5,4	4,6
ÍNDICE				
LIQUIDEZ DINÂMICA	0,70	0,60	0,61	0,70

Quadro 9 - Índices de Prazos Médios e Rotatividade.

De acordo com os prazos médios da empresa, em 2008 o prazo concedido pelos fornecedores foi de 78 dias, enquanto que o recebimento dos clientes aguarda 121 dias, ou seja, há um período de 43 dias em que a empresa necessita buscar recursos para manter as suas atividades.



Quadro 10 - Gráfico dos Prazos Médios.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO LÍQUIDO DE CAIXA (em milhares de reais)			
EXERCÍCIO	2006	2007	2008
	R\$	R\$	R\$
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.579,11	161,39	(0,93)
AJUSTES NÃO CAIXA (DEPR. E AMORT.)	353,65	321,72	249,68
GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA	1.932,76	483,11	301,80
VARIAÇÃO DA HCG	(1.935,92)	(3.130,76)	(331,27)
VARIAÇÃO FORNECEDORES	626,13	187,03	640,37
VARIAÇÃO OUTROS PASSIVOS OPERACIONAIS	584,84	603,82	125,57
VARIAÇÃO DE ATIVOS OPERACIONAIS	(3.146,90)	(3.921,61)	(1.097,21)
VARIAÇÃO CLIENTES	(1.836,54)	(1.921,81)	(303,39)
VARIAÇÃO ESTOQUES	(2.090,72)	(15,51)	261,67
VARIAÇÃO OUTROS ATIVOS OPERACIONAIS	780,36	(1.984,29)	(1.055,50)
GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA	23,64	(2.622,63)	(29,46)
VARIAÇÃO INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	2.990,09	1.447,26	(433,50)
GERAÇÃO CORRENTE DE CAIXA	3.013,73	(1.175,37)	(462,96)
VARIAÇÃO ITENS PERMANENTES DE CAIXA	(1.816,79)	(434,59)	(951,94)
ACRÉCIMO NO IMOBILIZADO	(992,82)	(434,59)	(182,17)
ACRÉCIMO NOS INVESTIMENTOS	427,57	-	(1,10)
AUMENTO DE CAPITAL	(1.251,54)	-	(768,67)
VARIAÇÃO DO PEXLP	(247,21)	(189,59)	784,24
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	949,73	(1.799,55)	(630,67)
SALDO INICIAL DE CAIXA	2.260,91	3.091,99	1.199,68
SALDO FINAL DE CAIXA	3.210,65	1.292,44	569,02

Quadro 11 - Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa.

Verifica-se na Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa, que as saídas mais significativas e que mais contribuíram para o crescimento das necessidades operacionais em 2006, são as pertinentes à expansão da empresa, já destacadas anteriormente. Para financiar sua expansão e solucionar a falta temporária de recursos causada pelo desequilíbrio entre os prazos de recebimento e de pagamento efetuado pela empresa, foram contraídos financiamentos de Instituições Financeiras, os quais apresentaram de 2005 para 2006, o crescimento de 200%.

Observa-se que a entidade reduziu os seus empréstimos de longo prazo, o que não é aconselhável em se tratando de ampliação das operações, pois neste caso, há certa demora para obtenção de retorno em forma de lucro, em contrapartida, há um curto espaço de tempo para saldar as dívidas.

Devido a estes recursos financiados e o Resultado Líquido satisfatório em 2006, a Geração Líquida de Caixa foi positiva, tendo em vista que o número de entradas foi superior ao número de saídas.

No ano de 2007, também ocorreu saldo positivo no caixa gerado pelas atividades, embora represente somente 25% do saldo encontrado no exercício anterior, o que se deve à redução do resultado líquido ocorrida de 2006 para 2007, conseqüência do crescimento das Despesas Operacionais e o não acompanhamento das Receitas Líquidas de vendas. Deste modo, o respectivo saldo não foi suficiente para suprir o financiamento do capital de giro das atividades da empresa, que aumentou seu valor em 62% relativo ao período anterior.

As principais contribuições no aumento das necessidades operacionais, foram o crescimento das vendas à prazo, cujo valor está presente na Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa e dos Depósitos Judiciais, os quais exigiram a quantia de R\$ 2.005.455,94. As novas aplicações em bens utilizados nas atividades da empresa, o Imobilizado, também exigiram recursos, desta maneira, a entidade recorreu novamente aos empréstimos de curto prazo, porém reduzindo a 48% do valor contraído no exercício anterior, o que resultou numa Geração Líquida de Caixa negativa, já que ocorreram mais saídas do que entradas.

Em 2008, o caixa gerado pelas atividades, apresentou ainda mais redução, devido ao baixo Resultado Líquido do período. As Despesas Operacionais, que continuam apresentando elevação, resultante da expansão da empresa, hora comentada, influenciam diretamente na formação deste resultado.

As necessidades de capital exigidas pelas atividades operacionais, tiveram seu valor reduzido neste período para 11% do valor apresentado no período anterior. Este fato deve-se, principalmente, ao aumento de compras a prazo, de vendas à vista e redução na aplicação de capital nos estoques de mercadorias para venda. O saldo resultante após a dedução das necessidades de capital de giro (Geração Operacional de Caixa), também demonstrou uma grande melhora, relativo ao exercício anterior, mas ainda apresenta saldo negativo. A redução dos empréstimos de curto prazo aliada à redução de capital promovida pelo ajuste de exercícios anteriores, contribuiu para a permanência do saldo negativo da Geração Líquida de Caixa.

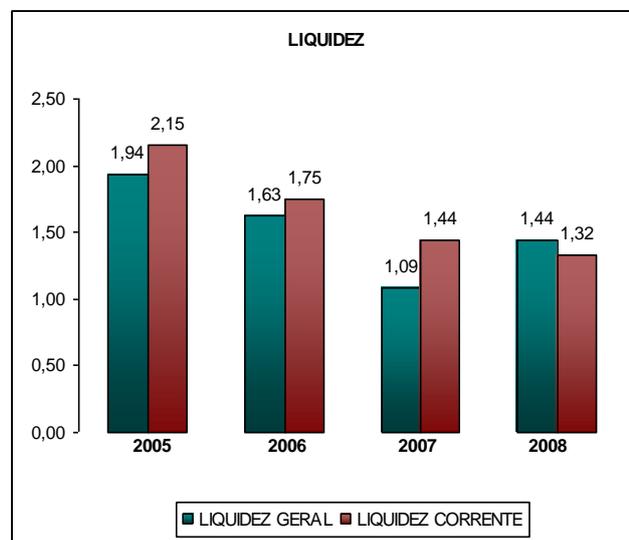
2005				PASSIVO/AC
AC	R\$ 6.036.776,45	PC	R\$ 6.036.776,45	46,49%
AC	R\$ 1.527.718,65	PELP	R\$ 1.527.718,65	11,76%
AC	R\$ 5.421.420,82	PL	R\$ 5.421.420,82	41,75%
ARLP	R\$ 1.669.044,60			
AP	R\$ 1.652.253,95	PL	R\$ 3.321.298,55	
2006				PASSIVO/AC
AC	R\$ 10.166.452,80	PC	R\$ 10.166.452,80	57,11%
AC	R\$ 1.262.446,35	PELP	R\$ 1.262.446,35	7,09%
AC	R\$ 6.373.691,10	PL	R\$ 6.373.691,10	38,53%
ARLP	R\$ 775.872,14			
AP	R\$ 1.823.384,97	PL	R\$ 2.599.257,11	
2007				PASSIVO/AC
AC	R\$ 12.028.827,76	PC	R\$ 12.028.827,76	69,38%
AC	R\$ 1.026.193,40	PELP	R\$ 1.026.193,40	5,92%
AC	R\$ 4.282.700,88	PL	R\$ 4.282.700,88	26,26%
ARLP	R\$ 2.675.015,95			
AP	R\$ 1.870.807,36	PL	R\$ 4.545.823,31	
2008				PASSIVO/AC
AC	R\$ 12.043.552,76	PC	R\$ 12.043.552,76	75,52%
AC	R\$ 1.191.241,62	PELP	R\$ 1.191.241,62	7,47%
AC	R\$ 2.711.875,12	PL	R\$ 2.711.875,12	17,01%
ARLP	R\$ 3.096.458,24			
AP	R\$ 1.687.114,28	PL	R\$ 4.783.572,52	

Quadro 12 - Análise Gráfica dos Capitais Circulantes Líquidos.

Apesar do grande montante de financiamentos, percebe-se através da análise gráfica do CCL, que a empresa possui folga financeira nos períodos considerados, pois em todos eles, parte das aplicações de curto prazo é financiada pelo capital próprio da empresa. Contudo, o Patrimônio Líquido bem como as Exigibilidades de Longo Prazo tem reduzido sua participação junto ao Ativo Circulante. No Patrimônio Líquido a redução de participação foi de 42% para 17% e no Passivo Exigível a Longo Prazo a redução foi de 12% para 7%, ambos no período de 2005 a 2008. A referida folga, justifica-se pela grande concentração de recursos em mercadorias para comercialização e vendas à prazo.

INDICADOR	2005	2006	2007	2008
Liquidez Geral	1,94	1,63	1,09	1,44
Liquidez Corrente	2,15	1,75	1,44	1,32
Liquidez Seca	1,42	1,11	0,92	0,86
Liquidez Imediata	0,38	0,32	0,11	0,05
Participação Capital Terceiros	0,87	1,27	1,48	1,77
Grau de Endividamento	0,46	0,56	0,60	0,64
Garantia Capital de Terceiros	1,16	0,79	0,68	0,57
Composição Endividamento	0,80	0,89	0,92	0,91
Endividamento de Longo Prazo	0,09	0,06	0,05	0,06
Endividamento de Curto Prazo	0,37	0,50	0,55	0,58

Quadro 13 - Índices de Liquidez e Grau de Endividamento.

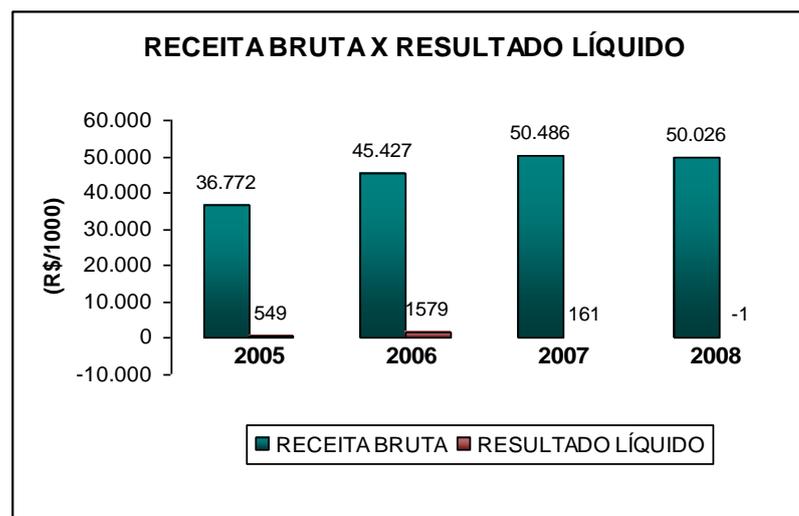


Quadro 14 – Gráfico da Liquidez Financeira.

A Liquidez Financeira também pode ser verificada através da observação do Índice de Liquidez Corrente (capacidade de pagamento em curto prazo) que, embora seja decrescente no período, ainda encontra-se em 1,32, ou seja, a cada R\$ 1,00 de dívida ainda há uma folga de R\$ 0,32. Em 2008, a Liquidez Geral ainda apresenta um índice de 1,44.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (em milhares de reais)											
	2005		2006			2007			2008		
	R\$	AV %	R\$	AV %	AH %	R\$	AV %	AH %	R\$	AV %	AH %
RECEITA BRUTA	36.772	147	45.427	147	124	50.486	149	137	50.026	148	136
Deduções	-11.812	-47	-14.551	-47	123	-16.513	-49	140	-16.330	-48	138
RECEITA LÍQUIDA	24.959	100	30.876	100	124	33.973	100	136	33.696	100	135
CMV	-15.352	-62	-18.560	-60	121	-20.616	-61	134	-19.942	-59	130
LUCRO BRUTO	9.607	38	12.316	40	128	13.357	39	139	13.754	41	143
REC/DESP OP	-7.437	-30	-8.805	-29	118	-11.602	-34	156	-12.146	-36	163
Desp c/ Vendas	-3.943	-16	-4.692	-15	119	-5.244	-15	133	-5.327	-16	135
Desp Gerais/Adm	-5.559	-22	-6.745	-22	121	-7.626	-22	137	-8.206	-24	148
Receita Rec Judicial	271	1	1.114	4	411	92	0	34	172	1	63
Outras Rec/Desp Op	1.794	7	1.518	5	85	1.175	3	66	1.214	4	68
LUCRO OP	2.170	9	3.510	11	162	1.756	5	81	1.608	5	74
Resultado ñ Op	-1.365	-5	-1.574	-5	115	-1.217	-4	89	-1.241	-4	91
Desp Financeiras	-1.365	-5	-1.346	-4	99	-1.201	-4	88	-1.239	-4	91
Outros	-	0	-228	-1	0	-16	0	7	-2	0	1
LUCRO ANTES IR/CS	805	3	1.936	6	240	539	2	67	367	1	46
IR e CS	-257	-1	-357	-1	139	-377	-1	147	-368	-1	143
LUCRO LÍQUIDO	549	2	1.579	5	288	161	0	29	-1	0	0

Quadro 15 - Análises Vertical e Horizontal dos Demonstrativos de Resultados.



Quadro 16 – Gráfico Receita Bruta X Resultado.

A Análise da Situação Econômica da empresa avalia o rendimento obtido em determinado período baseando-se no capital investido ou nos resultados derivados das vendas dos produtos e serviços.

De acordo com a Análise Horizontal e Vertical da Demonstração do Resultado do Exercício, destacam-se as contas de vendas, que apresentaram o crescimento de 37% em 2007, conseqüentemente elevando o valor do conjunto de bens e direitos da empresa, o Ativo, em 34% neste ano.

O resultado da atividade da empresa, Lucro Bruto, apresentou estabilidade no seu crescimento, com 43% relacionando 2008/05. Em contrapartida, o Lucro das Operações da empresa apresentou sucessão de decréscimos em seus percentuais durante o período, resultado do acentuado crescimento das Despesas Operacionais. Isto deve-se, principalmente, ao Aluguel de Imóveis, Investimento em Marketing e Créditos Incobráveis, principais representantes das Despesas Gerais e Administrativas, que impulsionaram as Despesas Operacionais, com o crescimento de 63%. Posteriormente ao Resultado Operacional, as Despesas Financeiras, reduziram ainda mais o resultado líquido, que se situou em 0,2 pontos percentuais negativos em 2008.

Outro fator verificado foi que Outras Receitas Operacionais, mais precisamente receitas provenientes de pendências judiciais referente a exercícios anteriores, também influenciaram expressivamente na formação do resultado durante o período considerado, principalmente em 2006, quando apresentaram o montante de R\$ 1.114.001,34 (12,7% das Despesas/Receitas Operacionais e 70% do Resultado Líquido).

A influência de Outras Receitas Operacionais sobre o Resultado Líquido apresentado pela empresa, causa um efeito ilusório de lucratividade, pois estas Receitas não são resultantes das atividades operacionais do exercício. Através desta observação, verifica-se que, se forem desconsideradas as referidas Receitas dos exercícios em questão, têm-se resultados que melhor se identificam com os financiamentos contraídos pela empresa.

INDICADOR	2005	2006	2007	2008
GIRO DO ATIVO	1,53	1,51	1,55	1,63
MARGEM BRUTA	0,38	0,40	0,39	0,41
MARGEM LÍQUIDA	0,02	0,05	0,00	0,00
MARGEM OPERACIONAL	0,09	0,11	0,05	0,05
ROI	0,18	0,24	0,11	0,12
ROE	0,06	0,18	0,02	0,00
ROA	0,13	0,17	0,08	0,08
CUSTO DA DÍVIDA	0,13	0,10	0,08	0,10
GAF	0,47	1,02	0,23	0,00

Quadro 17 - Índices da Situação Econômica.

Observando o Giro do Ativo, nota-se que as vendas responderam satisfatoriamente ao volume de investimentos realizados na empresa (Ativo), seu Índice se manteve na média de 1,55 vezes, durante o período, o que significa que a empresa conseguiu vender o seu próprio Ativo 1,55 vezes no período.

A Margem Operacional, que expressa o percentual do que restou da Receita Operacional Líquida após terem sido deduzidas todas as Despesas Operacionais, apresentou Índices de 8,69%, 11,37%, 5,17% e 4,9% respectivamente, durante o período. As Despesas decorrentes das Vendas e as Gerais e Administrativas tiveram grande influência na formação dos referidos Índices, devido ao seu crescimento ser maior do que o apresentado pelas Vendas Líquidas. Em 2006, o crescimento verificado do referido Índice, deve-se à ocorrência das receitas extras de recuperação judicial. Observa-se no Demonstrativo do Resultado do Exercício a seguir, o impacto no Resultado Líquido provocado quando desconsiderada esta Receita.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (em milhares de reais)											
	2005		2006			2007			2008		
	R\$	AV %	R\$	AV %	AH %	R\$	AV %	AH %	R\$	AV %	AH %
RECEITA BRUTA	36.772	147	45.427	147	124	50.486	149	137	50.026	148	136
Deduções	-11.812	-47	-14.551	-47	123	-16.513	-49	140	-16.330	-48	138
RECEITA LÍQUIDA	24.959	100	30.876	100	124	33.973	100	136	33.696	100	135
CMV	-15.352	-62	-18.560	-60	121	-20.616	-61	134	-19.942	-59	130
LUCRO BRUTO	9.607	38	12.316	40	128	13.357	39	139	13.754	41	143
REC/DESP OP	-7.437	-30	-8.805	-29	118	-11.602	-34	156	-12.146	-36	163
Desp c/ Vendas	-3.943	-16	-4.692	-15	119	-5.244	-15	133	-5.327	-16	135
Desp Gerais/Adm	-5.559	-22	-6.745	-22	121	-7.626	-22	137	-8.206	-24	148
Receita Rec Judicial	271	1	1.114	4	411	92	0	34	172	1	63
Outras Rec/Desp Op	1.794	7	1.518	5	85	1.175	3	66	1.214	4	68
LUCRO OP	2.170	9	3.510	11	162	1.756	5	81	1.608	5	74
Resultado ã Op	-1.365	-5	-1.574	-5	115	-1.217	-4	89	-1.241	-4	91
LUCRO ANTES IR/CS	805	3	1.936	6	240	539	2	67	367	1	46
IR e CS	-257	-1	-357	-1	139	-377	-1	147	-368	-1	143
LUCRO LÍQUIDO	549	2	1.579	5	288	161	0	29	-1	0	0
LL - OUTRAS REC	278	1	465	2	167	69	0	25	-173	-1	-62

Quadro 18 – Influência de receitas extras no Resultado.

A Margem Líquida, que revela o percentual resultante para a empresa do volume de vendas faturadas, após terem sido deduzidas todas as despesas e computados os resultados não operacionais, apresentou grandes oscilações, ocasionadas pelas flutuações do Lucro Líquido.

Em 2005, antes de ocorrer a expansão das atividades da empresa, o Resultado Líquido foi de R\$ 548.828,00, proporcionando à empresa, uma margem Líquida de 2%, que embora discreta, ainda era positiva.

No Exercício de 2006, quando a empresa estava iniciando a expansão, ocorreu um aumento de 187% no Resultado Líquido, o que favoreceu o crescimento da Margem Líquida para 5%. As receitas extras proporcionaram equilíbrio pelo seu crescimento de 311%, resgatando o resultado após este ser reduzido pelas Despesas Operacionais.

Em 2007, ocorreu o acentuado aumento das Deduções (carga tributária e devoluções de vendas) e das Despesas Operacionais, com forte redução da participação das receitas extras, reduzindo a Margem Líquida para 0,5%.

A redução da Receita Líquida em 1% e o aumento das Despesas Operacionais em 7%, observados no exercício de 2008, determinaram o Prejuízo de R\$ 928,23. Conseqüentemente, não teve Margem Líquida neste ano.

O Retorno Sobre os Investimentos da empresa (ROI) que representa o rendimento obtido da aplicação de capitais nas operações, apresentou em 2005, o percentual de 18% de rendimento. Um rendimento satisfatório, para a situação estável das operações da entidade antes expansão.

Em 2006, com a ampliação das atividades operacionais, o Retorno dos Investimentos apresentou crescimento devido às Receitas Extras e ao fato das Despesas Operacionais ainda terem um crescimento menor do que o do Lucro Bruto, que é o resultado apresentado pela empresa antes da dedução das Despesas Operacionais.

No Exercício de 2007, o referido Índice sofreu queda, devido à redução do lucro das operações da empresa que foi afetado pelo crescimento das Despesas Operacionais e o contínuo e crescente investimento nos bens e direitos. Neste ano, ao contrário de 2006, as referidas Despesas, apresentaram crescimento maior do que o do Lucro Bruto.

A pequena redução na aplicação de bens para comercialização (Estoques) e também dos utilizados nas atividades da empresa (Imobilizado), contribuiu para a estabilidade do referido Índice em 2008, já que, o Lucro Operacional também apresentou leve decréscimo.

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE), Índice que revela o quanto os sócios recebem pelo investimento que fazem na empresa, iniciou o período

apresentando 6,28% em 2005, aumentando para 17,60% em 2006, mas começou a declinar a partir de 2007, passando para 1,8% e logo após para zero.

A remuneração do capital de terceiros, Custo da Dívida, também apresentou um crescimento no último ano, fato que comparado ao comportamento do Resultado Operacional, o ROA, caracterizado pela redução, comprova que a rentabilidade dos negócios da empresa é inferior à remuneração das dívidas contraídas. A principal causa da ausência de remuneração das atividades operacionais foi o crescimento das Despesas Operacionais e o não acompanhamento das vendas líquidas, o que já foi especificado na explanação sobre o comportamento do ROE.

O comportamento da rentabilidade da empresa, verificado através do Índice que mede quantas vezes é alavancado o ganho dos investidores (Grau de Alavancagem Financeira), que por sua vez, é encontrado pelo retorno sobre o Patrimônio Líquido, sempre foi baixo e em 2008, após apresentar quedas freqüentes, deixou de existir.

Em face da Situação Econômica descrita, Lucratividade e Rentabilidade, relacionando-se à sua situação financeira, destacam-se alguns motivos para o desempenho econômico-financeiro apresentado pela entidade.

Segundo informações concedidas pela empresa, ocorreu redução do volume de vendas numa das suas sedes, em Porto Alegre, o que afetou a rentabilidade da empresa durante o período, devido aos baixos resultados obtidos. A falta de flexibilidade referente à disponibilidade dos produtos de maior aceitação do público alvo, impediu que fosse alcançado um maior número de vendas, o que afetou a empresa como um todo, pois as Despesas Operacionais continuaram em ascensão, conseqüentemente, ocorreu a redução dos Resultados Líquidos.

A redução dos Resultados, em primeiro momento, pode ser decorrente de um processo natural, devido aos gastos com os novos investimentos na expansão das suas atividades. Com a sucessão de novos exercícios, a tendência é ocorrerem resultados positivos, mas no presente caso, as Despesas Operacionais permanecem em elevação no exercício de 2008, e assim, impedem a empresa de alcançar resultados condizentes com os investimentos realizados.

Tendo em vista a fase de expansão apresentada em 2006 e 2007, com a constituição das novas sedes, seria interessante a escolha por uma proporção favorável contendo financiamentos de longo prazo, pois assim, a empresa teria

tempo para gerar recursos e pagar os empréstimos, o que não é possível fazer quando se utiliza financiamentos de curto prazo.

A concentração de dívidas no curto prazo pode ocasionar dificuldades num momento de reversão do mercado, tendo a empresa que fazer liquidação forçada e contrair empréstimos com juros altos, aumentando ainda mais as despesas financeiras. Cabe ressaltar também, que a empresa reduziu a participação dos recursos próprios junto ao financiamento das suas necessidades operacionais, os quais poderiam ser viáveis para o momento de expansão.

5 CONCLUSÃO

A realização deste trabalho permitiu que se confirmasse que a Análise de Balanços se faz necessária pela sua importância mediante a gama de informações que nela se concentram, a partir de dados provenientes das Demonstrações Contábeis, transmitindo a real situação econômico-financeira do empreendimento analisado.

As informações se tornam mais completas, à medida que se dispuser de um número maior de Demonstrativos Contábeis, o que fornece ao analista, uma diversidade de detalhes, dispondo maior confiabilidade e fidedignidade no serviço executado.

É neste contexto que se acrescentou ao presente trabalho, a confecção da Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa, para fins de enriquecer e dar maior precisão às informações geradas sobre situação econômico-financeira da empresa. Desta maneira foi possível entender o desempenho apresentado pela empresa e estabelecer a resposta ao problema e ao objetivo propostos pelo trabalho.

O relacionamento com pessoas de contato diário com a empresa, também tem grande importância na confecção do relatório, pois muitas vezes, os Demonstrativos Contábeis não dispõem de todos os detalhes que podem ser fornecidos através de um diálogo a respeito das operações da empresa, os quais aliados à Análise dos Demonstrativos, podem auxiliar na identificação de fatos ocorridos na entidade.

Realizada a Análise de Balanços da empresa Confortopé Calçados Ltda, discriminou-se o comportamento das suas Atividades Operacionais e os respectivos fatos que moldaram tal comportamento, os quais caracterizam a direção da empresa.

Verificou-se que o desempenho da empresa foi marcado pelo seu comportamento conservador, o qual se expressou pelos financiamentos de Curto Prazo contraídos e também, pela sua inflexibilidade quanto à disposição de mercadorias de maior aceitação do público.

Os recursos resultantes das vendas à prazo, realizadas pela empresa, eram recebidos à vista da Instituição Financeira, que por sua vez, assumia os clientes. Através dos recursos contraídos da forma descrita, mais os provenientes das vendas à vista, a empresa financiou a sua ampliação.

Nota-se que, se empresa tivesse um comportamento mais ousado, ela optaria por financiamentos de Longo Prazo, os quais geralmente dispõem de quantias mais significativas de recursos, para fins de garantir a conclusão dos investimentos realizados e possibilitar tempo necessário para gerar resultados positivos com o empreendimento.

A opção dos clientes por apenas uma linha de produtos, em sede de Porto Alegre, determinou o acúmulo das mercadorias não correspondentes aos seus anseios. Devido à indiferença da empresa diante do fato, ocorreu o decréscimo verificado nos resultados, devido ao contínuo crescimento das Despesas Operacionais e o não acompanhamento do crescimento das vendas.

Desta maneira, têm-se subsídios suficientes para caracterizar o desempenho econômico-financeiro apresentado pela empresa. O período verificado foi marcado pela expansão das suas Atividades Operacionais, sem a ocorrência de resultados correspondentes aos investimentos realizados e conseqüentemente, rendimentos insignificantes.

O motivo do referido desempenho decorre da forma de financiamento e da inflexibilidade na oferta de produtos para venda, resultantes do caráter conservador da empresa.

A informação contábil para fins gerenciais tem importância crescente, pois, à medida que o tempo transcorre, as empresas enfrentam situações imprevisíveis, decorrentes na maioria das vezes, de uma concorrência forte e decidida. Cabe aos profissionais da área contábil o constante aperfeiçoamento, para que não falte informação precisa em tempo hábil, o que permite o crescente reconhecimento da importância desta ferramenta por parte das empresas.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. SILVA, C. A.T. **Administração do capital de giro**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BRAGA, H. R. **Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 1999.

BRAGA, R. **Fundamentos técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1999.

BRASIL. Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007. **Altera a apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Medida Provisória nº 449 de 03 de dezembro de 2008. **Altera a apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília, DF, 2008.

CRC/RS. Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. 3. ed. Porto Alegre: CRCRS, 2003.

CVM - Comissão de Valores Mobiliário. Instrução CVM nº 191 de 1992. **Institui a unidade monetária contábil (UMC)** e dispõe sobre os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante. Brasília, DF, 1992.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2004.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA, R. J. **Contabilidade na lei nº 6.404**: lei das S.A. 2. ed. Rio de Janeiro: Edital Editora, 2002.

FRANCO, H. **Contabilidade geral**. São Paulo: Atlas, 1997.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, E.; ASSAF NETO, A. **Administração financeira: as finanças das empresas sob condições inflacionárias**. São Paulo: Atlas, 1993.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

APÊNDICES

Apêndice A - Balanço Patrimonial
exercício de 2005 corrigido.

Apêndice B - Balanço Patrimonial
exercício de 2006 corrigido.

ATIVO		R\$	ATIVO		R\$
Circulante		12.985.915,92	Circulante		17.802.590,24
Disponibilidades		2.287.969,47	Disponibilidades		3.210.647,95
Valores a Receber		6.099.921,71	Valores a Receber		7.864.325,60
Outros AC		162.940,59	Estoques		6.473.361,44
Estoques		4.435.084,15	Outros AC		254.255,25
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.669.044,60	Ativo Realizável a Longo Prazo		775.872,14
Ativo Permanente		1.652.253,95	Ativo Permanente		1.823.384,97
Investimentos		455.132,05	Investimentos		22.175,20
Imobilizado		1.197.121,90	Imobilizado		1.801.209,77
TOTAL DO ATIVO		16.307.214,47	TOTAL DO ATIVO		20.401.847,36
PASSIVO			PASSIVO		
Circulante		6.036.776,45	Circulante		10.166.452,80
Fornecedores		3.165.707,23	Fornecedores		3.754.404,89
Outros PC		2.871.069,24	Instituições Financeiras		4.449.367,09
Passivo Exigível a Longo Prazo		1.527.718,65	Outros PC		1.962.680,82
Patrimônio Líquido		8.742.719,37	Passivo Exigível a Longo Prazo		1.262.446,35
CS		5.322.222,60	Patrimônio Líquido		8.972.948,21
Reserva de Capital		321.477,46	CS		5.259.285,85
Lucros ou Prejuízos Ac		3.099.019,31	Reserva de Capital		113.922,80
TOTAL DO PASSIVO		16.307.214,47	Lucros ou Prejuízos Ac		3.599.739,56
			TOTAL DO PASSIVO		20.401.847,36

Apêndice C - Balanço Patrimonial
exercício de 2007 corrigido.

Apêndice D - Balanço Patrimonial
exercício de 2008 corrigido.

ATIVO		R\$	ATIVO		R\$
Circulante		17.337.722,04	Circulante		15.952.818,28
Disponibilidades		1.292.437,78	Disponibilidades		569.017,50
Valores a Receber		9.495.479,55	Valores a Receber		9.117.410,16
Estoques		6.249.623,59	Estoques		5.539.438,83
Outros AC		300.181,11	Outros AC		720.803,01
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.675.015,95	Ativo Realizável a Longo Prazo		3.096.458,24
Ativo Permanente		1.870.807,36	Ativo Permanente		1.687.114,28
Investimentos		21.355,63	Investimentos		20.924,08
Imobilizado		1.849.451,72	Imobilizado		1.666.190,21
TOTAL DO ATIVO		21.883.545,34	TOTAL DO ATIVO		20.736.390,81
PASSIVO			PASSIVO		
Circulante		12.028.827,76	Circulante		12.043.552,76
Fornecedores		3.802.673,20	Fornecedores		4.165.241,40
Instituições Financeiras		5.732.189,22	Instituições Financeiras		4.887.310,06
Outros PC		2.493.965,33	Outros PC		2.991.001,30
Passivo Exigível a Longo Prazo		1.026.193,40	Passivo Exigível a Longo Prazo		1.191.241,62
Patrimônio Líquido		8.828.524,19	Patrimônio Líquido		7.501.596,43
CS		5.064.909,77	CS		4.701.417,94
Reserva de Capital		109.712,37	Reserva de Capital		101.838,67
Lucros ou Prejuízos Ac		3.653.902,05	Lucros ou Prejuízos Ac		2.692.191,04
TOTAL DO PASSIVO		21.883.545,34	TOTAL DO PASSIVO		20.736.390,81

Apêndice E - Demonstrativo de Resultado do exercício de 2005 corrigido.

	R\$
Receita Bruta	36.771.580,91
Deduções	(11.812.271,96)
Receita Líquida	24.959.308,95
Custo das Mercadorias Vendidas	(15.351.934,79)
Lucro Bruto	9.607.374,15
Despesas e Receitas Operacionais	(7.437.292,94)
Despesas com Vendas	(3.943.183,68)
Despesas Gerais e Administrativas	(5.558.551,97)
Receitas Financeiras	1.799.704,90
Outras Receitas Operacionais	270.850,74
Ativo Diferido	(88,67)
Despesas Antecipadas	(6.024,26)
Lucro Operacional	2.170.081,21
Resultado não Operacional	(1.364.720,08)
Despesas Financeiras	(1.364.720,08)
Outros	-
Lucro Antes IR e CS	805.361,13
Imposto de Renda e Contribuição Social	(256.533,13)
Lucro Líquido	548.828,00

Apêndice F - Demonstrativo de Resultado do exercício de 2006 corrigido.

	R\$
Receita Bruta	45.426.688,94
Deduções	(14.550.900,42)
Receita Líquida	30.875.788,52
Custo das Mercadorias Vendidas	(18.559.930,77)
Lucro Bruto	12.315.857,76
Despesas e Receitas Operacionais	(8.805.486,97)
Despesas com Vendas	(4.692.363,49)
Despesas Gerais e Administrativas	(6.745.193,88)
Receitas Financeiras	1.544.871,07
Outras Receitas Operacionais	1.114.001,34
Ativo Diferido	(21.015,02)
Despesas Antecipadas	(5.786,99)
Lucro Operacional	3.510.370,78
Resultado não Operacional	(1.574.232,77)
Despesas Financeiras	(1.346.162,78)
Outros	(228.069,99)
Lucro Antes IR e CS	1.936.138,02
Imposto de Renda e Contribuição Social	(357.027,30)
Lucro Líquido	1.579.110,72

Apêndice G - Demonstrativo de Resultado do exercício de 2007 corrigido.

	R\$
Receita Bruta	50.485.895,98
Deduções	(16.513.144,56)
Receita Líquida	33.972.751,42
Custo das Mercadorias Vendidas	(20.615.611,73)
Lucro Bruto	13.357.139,69
Despesas e Receitas Operacionais	(11.601.610,56)
Despesas com Vendas	(5.243.626,57)
Despesas Gerais e Administrativas	(7.625.690,98)
Receitas Financeiras	1.200.409,32
Outras Receitas Operacionais	92.309,23
Ativo Diferido	(18.291,32)
Despesas Antecipadas	(6.720,24)
Lucro Operacional	1.755.529,13
Resultado não Operacional	(1.216.830,12)
Despesas Financeiras	(1.200.619,14)
Outros	(16.210,98)
Lucro Antes IR e CS	538.699,01
Imposto de Renda e Contribuição Social	(377.306,47)
Lucro Líquido	161.392,54

Apêndice H - Demonstrativo de Resultado do exercício de 2008 corrigido.

	R\$
Receita Bruta	50.026.280,76
Deduções	(16.330.305,65)
Receita Líquida	33.695.975,11
Custo das Mercadorias Vendidas	(19.942.274,61)
Lucro Bruto	13.753.700,50
Despesas e Receitas Operacionais	(12.146.058,14)
Despesas c/ Vendas	(5.326.543,97)
Despesas Gerais e Adm	(8.205.850,00)
Receitas Financeiras	1.267.467,62
Outras Receitas Operacionais	171.916,12
Ativo Diferido	(46.899,12)
Despesas Antecipadas	(6.148,79)
Lucro Operacional	1.607.642,36
Resultado não Operacional	(1.240.711,52)
Despesas Financeiras	(1.238.797,95)
Outros	(1.913,57)
Lucro Antes IR e CS	366.930,84
Imposto de Renda e Contribuição Social	(367.859,07)
Lucro Líquido	(928,23)

ANEXOS

ANEXO A - Balanço Patrimonial Original do exercício de 2005.

ATIVO		PASSIVO	
	R\$		R\$
Circulante	10.451.243,01	Circulante	4.856.227,54
Disponibilidades	1.840.535,33	Fornecedores	2.546.623,14
Caixa e Bancos	1.336.489,58	Salários e Pro labore a Pagar	133.820,03
Aplicação Liquidez Imediata	504.045,75	Impostos, Tx e Contribuições	697.742,27
Direitos Realizáveis	5.038.100,16	Adiantamentos de Clientes	44.306,20
Valores a Receber	4.907.024,14	Instituições Financeiras	1.187.953,27
Impostos a Compensar	43.964,43	Provisões de Férias e 13º Salário	240.697,69
Adiantamento a Terceiros	27.410,67	Outros Débitos	5.084,94
Adiantamentos a empregados	59.700,92		
Estoques	3.567.761,36		
Mercadorias para Revenda	3.567.761,36		
Despesas Antecipadas	4.846,16		
Prêmios e Seguros a Vencer	4.846,16		
Ativo Realizável a LP	1.342.647,09	Passivo Exigível a LP	1.228.958,77
Débitos com Sócios	381.613,03	Obrigações com Quotistas	1.228.958,77
Depósitos Judiciais	908.200,06		
Depósitos para Incentivos Fiscais	52.834,00		
Ativo Permanente	1.329.211,34	Patrimônio Líquido	7.037.915,13
Investimentos	366.126,66	Capital Social	4.281.411,47
Participações Societárias	366.126,66	Capital Social	4.281.411,47
Imobilizado	963.084,68	Reserva de Capital	258.609,49
Imóveis	1.211.116,37	Reserva de Capital	9.393,52
Móveis, Máquinas, equipam	960.609,64	Reservas p/ Incentivos Fiscais	249.215,97
Veículos	79.191,08	Lucros/Prejuízos Acumulados	2.497.894,17
Equipam Proces Dados Software	527.843,54	Lucros Acumulados	2.497.894,17
Benfeitorias em Prédios de 3 ^{os}	454.170,88		
Marcas e patentes	1.058,60		
(-)Depreciação Acumulada	2.270.976,76		
Ativo Diferido	71,33		
Software	153.765,83		
(-)Amortização Acumulada	153.694,50		
TOTAL DO ATIVO	13.123.101,44	TOTAL DO PASSIVO	13.123.101,44

Fonte: Empresa Confortopé Calçados Ltda.

ANEXO B - Balanço Patrimonial Original do exercício de 2006.

ATIVO		PASSIVO	
	R\$		R\$
Circulante	14.497.213,64	Circulante	8.276.174,54
Disponibilidades	2.613.682,80	Fornecedores	3.056.337,42
Caixa e Bancos	2.420.062,87	Salários e Pro labore a Pagar	154.276,06
Aplicação Liquidez Imediata	193.619,93	Impostos Tx e Contribuições	963.418,06
Direitos Realizáveis	6.609.069,40	Adiantamento de Clientes	46.618,75
Valores a Receber	6.402.088,57	Instituições Financeiras	3.622.083,27
Impostos a Compensar	28.581,97	Provisões de Férias e 13º Salário	305.427,52
Adiantamento a Terceiros	7.365,02	Outros Débitos	128.013,46
Adiantamento a Empregados	40.342,61		
Outros Direitos Realizáveis	130.691,23		
Estoques	5.269.750,44		
Mercadorias para Revenda	5.269.750,44		
Despesas Antecipadas	4.711,00		
Prêmios e Seguros a Vencer	4.711,00		
Ativo Realizável a LP	631.611,97	Passivo Exigível a L P	1.027.716,01
Aplicações Financeiras	72.715,25	Obrigações com Quotistas	1.007.516,54
Débitos com os Sócios	0,00	Depósitos Judiciais	20.199,47
Depósitos Judiciais	430.083,91		
Mútuo Fundação	128.812,81		
Depósitos p/ Incentivos Fiscais	0,00		
Ativo Permanente	1.501.465,32	Patrimônio Líquido	7.326.400,38
Investimentos	18.052,10	Capital Social	4.281.411,47
Participações Societárias	18.052,10	Capital Social	4.281.411,47
Imobilizado	1.483.413,22	Reserva de Capital	92.740,80
Imóveis	1.710.537,47	Reserva Correção Monetária	9.393,52
Móveis, Máquinas e equipam	1.021.886,93	Reservas p/ Incentivos Fiscais	83.347,28
Veículos	79.191,08	Lucros/Prejuízos Acumulados	2.952.248,11
Equipamento Proces Dados	751.602,86	Lucros Acumulados	3.805.214,86
Benfeitorias em Prédios de 3 ^{os}	454.170,88	Ajuste de Exercícios Anteriores	(852.966,75)
Marcas e Patentes	4.924,43		
Softwares	173.667,39		
(-)Depreciação Acumulada	(2.556.008,07)		
(-)Amortização Acumulada	(156.559,75)		
Ativo Diferido	0,00		
Software	0,00		
(-)Amortização Acumulada			
TOTAL DO ATIVO	16.630.290,93	TOTAL DO PASSIVO	16.630.290,93

Fonte: Empresa Confortopé Calçados Ltda.

ANEXO C - Balanço Patrimonial Original do exercício de 2007.

ATIVO		PASSIVO	
	R\$		R\$
Circulante	14.661.405,14	Circulante	10.168.070,80
Disponibilidades	1.092.508,69	Fornecedores	3.214.432,12
Caixa e Bancos	916.164,82	Salários e Pro labore a Pagar	198.636,17
Aplicação Liquidez Imediata	176.343,87	Impostos Tx e Contribuições	1.333.319,03
Direitos Realizáveis	8.280.355,59	Adiantamento de Clientes	59.418,59
Valores a Receber	8.026.609,93	Instituições Financeiras	4.845.468,49
Impostos a Compensar	17.358,04	Provisões de Férias e 13º Salário	337.611,82
Adiantamento a Terceiros	350,00	Outros Débitos	179.184,58
Adiantamento a Empregados	40.741,75		
Outros Direitos Realizáveis	195.295,87		
Estoques	5.282.860,18		
Mercadorias para Revenda	5.263.344,73		
Almoxarifado	19.515,45		
Despesas Antecipadas	5.680,68		
Prêmios e Seguros a Vencer	5.680,68		
Ativo Realizável a LP	2.261.213,82	Passivo Exigível a LP	867.450,04
Aplicações Financeiras	85.197,60	Obrigações com Quotistas	403.937,94
Débitos com os Sócios	50.703,28	Depósitos Judiciais	463.512,10
Depósitos Judiciais	2.125.312,94		
Mútuo Fundação	0,00		
Ativo Permanente	1.596.871,24	Patrimônio Líquido	7.483.969,36
Investimentos	18.052,10	Capital Social	4.281.411,47
Participações Societárias	18.052,10	Capital Social	4.281.411,47
Imobilizado	1.578.819,14	Reserva de Capital	92.740,80
Imóveis	1.883.406,05	Reserva Correção Monetária	9.393,52
Móveis, Máquinas e equipam	1.145.882,53	Reservas p/ Incentivos Fiscais	83.347,28
Veículos	79.191,08	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.109.817,09
Equipamento Proces Dados	820.835,37		
Sistemas (Softwares)	174.930,39		
Benfeitorias em Prédios de 3 ^{os}	454.170,88		
Marcas e Patentes	4.924,43		
(-)Depreciação Acumulada	(2.825.053,01)		
(-)Amortização Acumulada	(159.468,58)		
TOTAL DO ATIVO	18.519.490,20	TOTAL DO PASSIVO	18.519.490,20

Fonte: Empresa Confortopé Calçados Ltda.

ANEXO D - Balanço Patrimonial Original do exercício de 2008.

ATIVO		PASSIVO	
	R\$		R\$
Circulante	14.527.655,30	Circulante	10967628,41
Disponibilidades	518.183,68	Fornecedores	3.793.134,87
Caixa e Bancos	324.294,66	Salários e Pro labore a Pagar	216.298,67
Aplicação Liquidez Imediata	193.889,02	Impostos Tx e Contribuições	1.260.121,97
Direitos Realizáveis	8.959.305,32	Adiantamento de Clientes	78.822,00
Valores a Receber	8.302.896,06	Instituições Financeiras	4.450.696,71
Impostos a Compensar	129.522,43	Provisões de Férias e 13º Salário	399.674,06
Adiantamento a Terceiros	1.935,90	Obrigações com Quotistas	496.808,74
Adiantamento a Empregados	47.302,75	Outros Débitos	272.071,39
Adiantamento a Sócios	269.263,49		
Outros Créditos	208.384,69		
Estoques	5.044.566,82		
Mercadorias para Revenda	5.024.547,46		
Almoxarifado	20.019,36		
Despesas Antecipadas	5.599,48		
Ativo Realizável a LP	2.819.832,66	Passivo Exigível a LP	1.084.820,71
Aplicações Financeiras	96.195,65	Depósitos Judiciais	1.084.820,71
Impostos a Recuperar	21.713,89		
Depósitos Judiciais	2.701.923,12		
Mútuo Fundação	0,00		
Ativo Permanente	1.536.394,03	Patrimônio Líquido	6.831.432,87
Investimentos	19.054,80	Capital Social	4.281.411,47
Participações Societárias	11.524,22	Reserva de Capital	92.740,80
Correção Monetária Lei 8200/91	7.530,58	Lucros/Prejuízos Acumulados	2.457.280,60
Imobilizado	1.517.339,23		
Imóveis	2.359.096,57		
Móveis, Máquinas e equipam	2.286.026,91		
Veículos	79.191,08		
Outras Imobilizações	4.924,43		
(-)Depreciações Acumuladas	(3.211.899,76)		
TOTAL DO ATIVO	18.883.881,99	TOTAL DO PASSIVO	18.883.881,99

Fonte: Empresa Confortopé Calçados Ltda.

ANEXO E - Demonstração do Resultado Original do exercício de 2005.

	R\$
Receita Bruta	29.580.549,36
(-) Deduções da Receita	(9.502.270,10)
Receita Líquida	20.078.279,26
Custo das Mercadorias Vendidas	(12.349.718,28)
Lucro Bruto	7.728.560,98
Despesas e Receitas Operacionais	(7.075.778,37)
Despesas com Vendas	(3.172.056,70)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.471.524,39)
Despesas Financeiras	(1.097.836,12)
Receitas Financeiras	1.447.755,53
Outras Receitas Operacionais	217.883,31
Lucro Operacional	652.782,61
Resultado Não Operacional	-
Lucro Antes do I.R e C.S.	652.782,61
Contribuição Social	(63.409,88)
Imposto de Renda	(142.955,76)
Lucro Líquido do Exercício	446.416,97

Fonte: Empresa Confortopé Calçados Ltda.

ANEXO F - Demonstração do Resultado Original do exercício de 2006.

	R\$
Receita Bruta	36.980.371,98
(-) Deduções da Receita	(11.845.409,00)
Receita Líquida	25.134.962,98
Custo das Mercadorias Vendidas	(15.109.028,63)
Lucro Bruto	10.025.934,35
Despesas e Receitas Operacionais	(8.242.305,22)
Despesas com Vendas	(3.819.898,64)
Despesas Gerais e Administrativas	(5.491.040,28)
Despesas Financeiras	(1.095.866,80)
Receitas Financeiras	1.257.628,68
Outras Receitas Operacionais	906.871,82
Lucro Operacional	1.783.629,13
Resultado Não Operacional	(185.664,27)
Lucro Antes do I.R e C.S.	1.597.964,86
Contribuição Social	(85.942,26)
Imposto de Renda	(204.701,91)
Lucro Líquido do Exercício	1.307.320,69

Fonte: Empresa Confortopé Calçados Ltda.

ANEXO G - Demonstração do Resultado Original do exercício de 2007.

	R\$
Receita Bruta	42.676.158,90
(-) Deduções da Receita	(13.958.702,08)
Receita Líquida	28.717.456,82
Custo das Mercadorias Vendidas	(17.426.552,60)
Lucro Bruto	11.290.904,22
Despesas e Receitas Operacionais	(10.800.691,58)
Despesas com Vendas	(4.432.482,31)
Despesas Gerais e Administrativas	(6.446.061,69)
Despesas Financeiras	(1.014.893,61)
Receitas Financeiras	1.014.716,25
Outras Receitas Operacionais	78.029,78
Lucro Operacional	490.212,64
Resultado Não Operacional	(13.703,28)
Lucro Antes do I.R e C.S.	476.509,36
Contribuição Social	(93.671,12)
Imposto de Renda	(225.269,26)
Lucro Líquido do Exercício	157.568,98

Fonte: Empresa Confortopé Calçados Ltda.

ANEXO H - Demonstração do Resultado Original do exercício de 2008.

	R\$
Receita Bruta	45.557.126,64
(-) Deduções da Receita	(14.871.419,41)
Receita Líquida	30.685.707,23
Custo Mercadorias Vendidas	(18.160.709,05)
Lucro Bruto	12.524.998,18
Despesas e Receitas Operacionais	(12.140.796,09)
Despesas com vendas	(4.850.691,17)
Despesas Gerais e Adm	(7.472.771,15)
Despesas Financeiras	(1.128.128,54)
Receitas Financeiras	1.154.236,97
Outras Receitas Operacionais	156.557,80
Lucro Operacional	384.202,09
Resultado Não Operacional	(1.742,62)
Lucro Antes do I.R e C.S.	382.459,47
Contribuição Social	(98.056,56)
Imposto de Renda	(236.939,40)
Lucro Líquido do Exercício	47.463,51

Fonte: Empresa Confortopé Calçados Ltda.